ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Não houve alteração. Confirmação das informações contidas no Formulário Cadastral de acordo com a ICVM 480.	2

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CPF / CNPJ:	61.562.112/0002-01	Código CVM:	00287-9	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	11/07/2012	Fim contratação serviço:	
Nome:	Guilherme Naves Valle	CPF/CNPJ:	541.991.586-34
Início:	11/07/2012	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	BANCO DO BRASIL S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
Erik da Costa Breyer	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	Erik da Costa Breyer	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS		
Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	28/06/2013
Início Pagamento:	04/09/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00823
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	25/04/2013
Início Pagamento:	29/05/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00742
Dividendo			
Evento:	Assembléia Geral Extraordinária	Aprovação:	24/07/2013
Início Pagamento:	01/08/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.35038
Dividendo			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	22/08/2013
Início Pagamento:	11/09/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.02573

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2013	31/12/2012
1	Ativo Total	9.528.234	1.125.106
1.01	Ativo Circulante	373.226	3.047.495
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	207.686	2.803.859
1.01.02	Aplicações Financeiras	39.946	124.719
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	39.946	124.719
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	39.946	124.719
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	62	62
1.01.03.01	Clientes		
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	62
1.01.03.02.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	62	62
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	114.682	108.708
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	114.682	108.708
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições a recuperar	114.682	108.708
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.850	10.147
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	10.850	10.147
1.02	Ativo Não Circulante	9.155.008	8.203.565
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	528.165	538.970
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		

1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.197	27.728
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.197	27.728
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	39.744	34.525
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	459.224	476.717
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Dividendos a receber	166.659	185.962
1.02.01.09.04	Juros sobre o capital próprio a receber	7.495	154.326
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	119.985	121.247
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	165.085	15.182
1.02.02	Investimentos	8.557.116	7.592.354
1.02.02.01	Participações Societárias	8.557.116	7.592.354
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.609.081	6.813.285
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	948.035	779.069
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	25.731	26.567

1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	43.996	45.674
1.02.04.01	Intangíveis	43.996	45.674
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.05	Diferido		

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2013	31/12/2012
2	Passivo Total	9.528.234	1.125.106
2.01	Passivo Circulante	9.677	182.984
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59	4.036
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59	4.036
2.01.02	Fornecedores	1.975	2.078
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.975	2.078
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.596	32.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.596	32.858
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.596	32.858
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.002	1.006
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.002	1.006
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	32	142.993
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	56
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	22	142.937
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar		142.937
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		

2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	22	
2.01.06	Provisões	13	13
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	100.128	96.529
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.186	4.925
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.186	4.925
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.186	4.925
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações		
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros		
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	95.942	91.604
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	9.418.429	1.097.154
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		

2.03.04	Reservas de Lucros	4.720.845	6.785.442
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	556.907
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400	61.400
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.102.538	6.152.537
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		14.598
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-12.263	-491.931
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.466	-63.277

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.531.858	7.885.904	2.877.166	8.200.720
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.881.949	-5.671.587	-2.019.356	-5.662.995
3.03	Resultado Bruto	649.909	2.214.317	857.810	2.537.725
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-336.655	-1.044.509	-454.861	-1.224.451
3.04.01	Despesas com Vendas	-160.853	-494.693	-298.456	-788.496
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-150.116	-479.188	-128.851	-369.299
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.686	-70.628	-27.554	-66.656
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	313.254	1.169.808	402.949	1.313.274
3.06	Resultado Financeiro	-27.833	-80.417	-46.671	-130.700
3.06.01	Receitas Financeiras	286.337	754.070	138.683	552.071
3.06.02	Despesas Financeiras	-314.170	-834.487	-185.354	-682.771
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	285.421	1.089.391	356.278	1.182.574
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-56.902	-222.086	-59.900	-174.639
3.08.01	Corrente	81.609	-109.061	-57.239	-206.333
3.08.02	Diferido	-138.511	-113.025	-2.661	31.694
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	228.519	867.305	296.378	1.007.935
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	228.519	867.305	296.378	1.007.935
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	183.984	721.844	239.580	837.561
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	44.535	145.461	56.798	170.374
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	183.984	721.844	239.580	837.561
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.046	31.811	113.145	71.768
4.02.01	Ganhos de participação relativa em investida				
4.02.02	Tributos s/ resultados abrangentes				-40.135
4.03	Resultado Abrangente do Período	179.938	753.655	352.725	909.329

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	392.063	421.258
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.458	187.444
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	720.377	837.437
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.378	2.403
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-728.620	-727.376
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	67.257	72.626
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	4.672	-1.524
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	900	3.988
6.01.01.07	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas		-110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	271.605	233.814
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	1	
6.01.02.02	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	307.846	229.470
6.01.02.03	Estoques		
6.01.02.04	Depósitos judiciais	1.262	-19.362
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente		
6.01.02.06	Partes relacionadas	2.943	38.149
6.01.02.07	Concessão serviço público (ativo financeiro)		
6.01.02.08	Outros Ativos	-4.106	-2
6.01.02.09	Fornecedores	-103	-562
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	-3.977	-75
6.01.02.11	Encargos de dividas e swap pagos		-395
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-26.262	
6.01.02.13	Partes relacionadas	-46	-978
6.01.02.14	Outros passivos	22	-5
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-537.448	-725.864
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-621.456	-261.126

6.02.02	Aquisição de imobilizado	-580	-243
6.02.03	Aquisição de intangível	-185	
6.02.04	Aplicação em títulos e valores mobiliários		-464.495
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.450.788	-717.405
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-1.077	-493
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2.449.711	-716.912
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.596.173	-1.022.011
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.803.859	3.150.422
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	207.686	2.128.411

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2013 à 30/09/2013

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.785.443	0	6.451	1.153.320
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-491.931	-69.728	-561.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.785.443	-491.931	-63.277	1.097.154
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.064.598	-242.176	0	-2.306.774
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.598	0	0	-14.598
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-91.608	0	-91.608
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	0	-150.568	0	-150.568
5.04.10	Redução de capital	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	721.844	31.811	753.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	721.844	0	721.844
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.811	31.811

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.720.845	-12.263	-31.466	9.418.429

01/01/2012 à 30/09/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-342.952	5.412	-337.540
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	-342.952	66.812	1.070.478
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-194.023	-431.259	0	-625.282

5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-194.023	0	0	-194.023
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-181.659	0	-181.659
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	0	-249.600	0	-249.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	837.561	71.768	909.329
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	837.561	0	837.561
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	71.768	71.768
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						

5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.045.590	63.350	138.580	1.098.883

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	1.051.216	1.116.242
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.071.611	1.159.424
7.01.02	Outras Receitas	-69.584	-9.716
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-134.363	-422.103
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.005.392	-5.904.441
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.942.496	-2.004.113
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-4.062.896	-3.900.328
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.506.773	5.257.985
7.04	Retenções	-513.212	-524.982
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-513.212	-524.982
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.993.561	4.733.003
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	751.572	558.912
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.498	6.841
7.06.02	Receitas Financeiras	754.070	552.071
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.745.133	5.291.915
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.745.133	5.291.915
7.08.01	Pessoal	376.827	328.228
7.08.01.01	Remuneração Direta	299.711	297.605
7.08.01.02	Benefícios	78.204	65.958
7.08.01.03	F.G.T.S.	50.227	46.051
7.08.01.04	Outros	-51.315	-81.386
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.655.384	3.257.866

7.08.02.01	Federais	870.568	1.297.157
7.08.02.02	Estaduais	1.770.684	1.947.043
7.08.02.03	Municipais	14.132	13.666
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	845.617	697.886
7.08.03.01	Juros	831.077	682.771
7.08.03.02	Aluguéis	11.130	10.072
7.08.03.03	Outras	3.410	5.043
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	867.305	1.007.935
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		181.659
7.08.04.02	Dividendos		249.600
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	721.844	406.302
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	145.461	170.374
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2013	31/12/2012
1	Ativo Total	1.905.170	2.105.365
1.01	Ativo Circulante	3.728.192	6.708.920
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.073.163	3.770.684
1.01.02	Aplicações Financeiras	113.389	182.063
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	113.389	182.063
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	113.389	182.063
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.690.910	2.056.384
1.01.03.01	Clientes	1.690.910	2.056.384
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	23.863	24.648
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	583.194	445.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	583.194	445.584
1.01.07	Despesas Antecipadas	26.112	12.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	217.561	217.250
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	217.561	217.250
1.01.08.03.01	Recursos CDE	5.426	
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	103.591	104.129
1.01.08.03.03	Entidade de previdencia privada	9.422	10.351
1.01.08.03.04	Serviços em curso	60.573	68.071
1.01.08.03.05	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	38.549	34.699
1.02	Ativo Não Circulante	1.532.351	1.434.473
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.058.125	4.021.068

1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.053	32.316
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.053	32.316
1.02.01.03	Contas a Receber	456.713	582.295
1.02.01.03.01	Clientes	456.713	582.295
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	701.621	785.451
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	701.621	785.451
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.800	6.690
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.890.938	2.614.316
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	107.279	108.219
1.02.01.09.04	Dividendos a receber		564
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	405.058	382.370
1.02.01.09.06	Entidade de previdência privada	24.007	19.077
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.181.535	2.081.666
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	173.059	22.420
1.02.02	Investimentos	1.354.421	1.066.340
1.02.02.01	Participações Societárias	1.338.145	1.047.007
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.338.145	1.047.007
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		

1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.276	19.333
1.02.02.02.01	Outros investimentos	16.276	19.333
1.02.03	Imobilizado	2.747.609	2.676.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	7.163.357	6.581.255
1.02.04.01	Intangíveis	7.163.357	6.581.255
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.04.02	Goodwill		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2013	31/12/2012
2	Passivo Total	1.905.170	2.105.365
2.01	Passivo Circulante	3.505.479	3.297.300
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	102.341	93.075
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	102.341	93.075
2.01.02	Fornecedores	853.473	1.050.328
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	853.473	1.050.328
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	407.186	392.314
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	407.186	392.314
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	407.186	
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.599.384	1.116.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.308.888	680.184
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures	290.496	436.551
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	450.239	580.024
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.250	1.077
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	46.250	1.077
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	403.989	578.947
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.635	189.952
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	55.748	97.681
2.01.05.02.06	Entidade de previdência privada	15.391	16.298
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	3.088	2.974
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	321.127	272.042
2.01.06	Provisões	92.856	64.824
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	5.316.810	6.018.746
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.416.936	5.118.154
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.713.712	4.333.428
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures	703.224	784.726
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	548.623	568.499
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	548.623	568.499

2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	67.520	63.716
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	43.759	53.129
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	11.593	10.219
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	366.400	349.109
2.02.02.02.07	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	22.300	21.394
2.02.02.02.08	Outros passivos não circulantes	37.051	70.932
2.02.03	Tributos Diferidos	13.093	5.329
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.093	5.329
2.02.04	Provisões	338.158	326.764
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.022.941	1.173.761
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	4.720.845	6.785.442
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	556.907
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400	61.400
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.102.538	6.152.537
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		14.598
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-12.263	-491.931
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.466	-63.277
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	810.986	766.066
2.02.02.02.09	Partes relacionadas		

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	527	2.229	793	2.319
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto	527	2.229	793	2.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	155.693	594.777	185.241	640.881
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.495	-66.586	-5.763	-13.871
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	159.188	661.363	191.004	654.752
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	181.607	728.620	214.737	727.376
3.04.06.02	Amortização do ágio	-22.419	-67.257	-23.733	-72.624
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	156.220	597.006	186.034	643.200
3.06	Resultado Financeiro	27.240	123.371	54.245	194.237
3.06.01	Receitas Financeiras	29.257	129.581	56.005	199.542
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.017	-6.210	-1.760	-5.305
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	183.460	720.377	240.279	837.437
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	524	1.467	-699	124
3.08.01	Corrente			-1.160	-1.303
3.08.02	Diferido	524	1.467	461	1.427
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	183.984	721.844	239.580	837.561
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	183.984	721.844	239.580	837.561
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

Powered by MZiQ

3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	-2.976	-2.498	-3.530	6.841
3.04.06.02	Amortização de ágio	-22.710	-68.130	-24.024	-73.497

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	228.519	867.305	296.378	1.007.935
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.001	32.607	87.269	82.066
4.02.01	Ganhos de participação relativa em investida				
4.02.02	Tributos s/ resultados abrangentes		480		-45.792
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	223.518	899.912	383.647	1.090.001
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	179.938	753.655	352.725	909.329
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	43.580	146.257	30.922	180.672
4.02.03	Reversão de perda por participação relativa em investida vendida		26.021		
4.02.04	Ajuste Ativo Financeiro de Concessão			113.145	118.044
4.02.05	Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados das investidas	-4.046	5.790		-6.141
4.02.03	Reversão de perda por participação relativa em investida vendida		26.021		
4.02.04	Ajuste Ativo Financeiro de Concessão			129.034	134.682
4.02.05	Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados das investidas	-5.001	6.106	-41.765	-6.824

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.718.317	2.188.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.184.936	2.626.257
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	1.089.391	1.182.574
6.01.01.02	Depreciação e amortização	444.379	451.486
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	2.498	-6.841
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	68.130	73.497
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	440.255	466.288
6.01.01.06	Valor do ativo financeiro da concessão	-68.888	-35.411
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	55.991	157.845
6.01.01.08	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	55.223	40.070
6.01.01.09	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.463	296.679
6.01.01.10	Provisão para beneficio pós emprego		
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-429.184	-308.480
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	187.559	-172.582
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-12.054	-168.411
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	-10.971	-18.844
6.01.02.04	Entidade de previdência privada (passivo)	5.800	-17.043
6.01.02.05	Estoques	785	-2.337
6.01.02.06	Recursos CDE	-3.431	
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-22.122	-61.742
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	-13.805	992
6.01.02.09	Entidade de previdência privada	7.391	13.105
6.01.02.10	Partes relacionadas	1.111	42.367
6.01.02.11	Concessão serviço público (ativo financeiro)		1.855
6.01.02.12	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	499	312
6.01.02.13	Fornecedores	65.979	361.000
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	9.266	33.757

6.01.02.15	Encargos de dividas e swap pagos	-308.520	-246.389
6.01.02.16	Taxa regulamentares	-52.946	-3.561
6.01.02.17	Imposto de rende (IR) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-202.287	-115.990
6.01.02.18	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-18.045	88.819
6.01.02.19	Indenizações / contingências pagas	-63.393	-43.788
6.01.02.20	Partes relacionadas		
6.01.03	Outros	-37.435	-129.307
6.01.03.01	Outros Ativos	-52.586	-94.871
6.01.03.02	Outros Passivos	15.151	-34.436
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.726.069	-2.197.597
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-474.602	-210.415
6.02.02	Aquisição de investimentos		-60.000
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-166.976	-80.263
6.02.04	Aquisição de intangível	-1.184.757	-1.388.322
6.02.05	Concessão serviço publico (Ativo financeiro)	-21.129	-4.619
6.02.06	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-479.433	-1.051.980
6.02.07	Resgate de títulos de valores mobiliários	600.828	597.932
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.689.769	-951.116
6.03.01	Aumento(Redução) de capital		
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	498.195	567.390
6.03.04	Captação de debêntures	90.000	
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-570.752	-460.068
6.03.06	Amortização do principal de debêntures	-337.000	-361.911
6.03.07	Obrigações vinculadas	164.979	163.114
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2.535.191	-859.641
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.697.521	-960.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.770.684	4.039.346
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.073.163	3.079.103

6.02.05	Alienação de bens do ativo permanente		
6.02.06	Resgate de títulos e valores mobiliários	84.773	
6.01.01.13	Outras provisões	53.494	70
6.02.08	Alienação de bens do ativo permanente		70
6.01.01.08	Outras impactos não caixa no resultado	53.494	
6.01.02.15	IR e CSLL a Recuperar	-5.975	-12.426

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2013 à 30/09/2013

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.785.443	0	6.451	1.153.320	837.077	1.237.028
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-491.931	-69.728	-561.659	-71.011	-632.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.785.443	-491.931	-63.277	1.097.154	766.066	1.173.761
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.064.598	-242.176	0	-2.306.774	-101.337	-2.408.111
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.598	0	0	-14.598	0	-14.598
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-91.608	0	-91.608	0	-91.608
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000	-54.937	-2.104.937
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	0	-150.568	0	-150.568	0	-150.568
5.04.10	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-46.400	-46.400

5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	721.844	31.811	753.655	146.257	899.912
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	721.844	0	721.844	145.461	867.305
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.811	31.811	796	32.607
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.720.845	-12.263	-31.466	9.418.429	810.986	1.022.941

Powered by MZiQ

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	786.809	1.182.913
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-342.952	5.412	-337.540	-45.202	-382.742
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	-342.952	66.812	1.070.478	741.607	1.144.639
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-194.023	-431.259	0	-625.282	-158.211	-783.493
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-194.023	0	0	-194.023	0	-194.023
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-181.659	0	-181.659	0	-181.659
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	0	0	0	0	-115.604	-115.604
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	0	-249.600	0	-249.600	-42.607	-292.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	837.561	71.768	909.329	180.672	1.090.001
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	837.561	0	837.561	170.374	1.007.935
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	71.768	71.768	10.298	82.066

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.045.590	63.350	138.580	1.098.883	764.068	1.175.290

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	-51.514	2.555
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.487	2.555
7.01.02	Outras Receitas	-54.001	
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.581	-4.881
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.581	-4.881
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-58.095	-2.326
7.04	Retenções	-69.635	-75.027
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.635	-75.027
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-127.730	-77.353
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	858.201	926.918
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	728.620	727.376
7.06.02	Receitas Financeiras	129.581	199.542
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	730.471	849.565
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	730.471	849.565
7.08.01	Pessoal	2.512	5.351
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.385	4.557
7.08.01.02	Benefícios	124	438
7.08.01.03	F.G.T.S.	13	
7.08.01.04	Outros	990	356
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-512	1.246

7.08.02.01	Federais	-799	1.187
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	287	59
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.627	5.407
7.08.03.01	Juros	6.210	5.305
7.08.03.02	Aluguéis	417	102
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	721.844	837.561
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		181.659
7.08.04.02	Dividendos		249.600
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	721.844	406.302
7.08.05	Outros		
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-54.001	
7.08.05.01	Reserva de lucros a realizar		
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-69.584	-9.716
7.08.01.04.01	Encerramento de ordem em curso	2.983	1.814
7.08.01.04.02	(-) Transferência para ordens	-93.640	-111.903
7.08.01.04.03	Outros	39.342	28.703
7.08.05.01	Reserva de lucros a realizar		
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-3.598.657	-3.260.660
7.02.04.02	Encargos de uso da rede básica de transmissão	-249.256	-481.480
7.02.04.03	Matérias-primas consumidas	-214.983	-158.188

Neoenergia S.A.
Informações Trimestrais - ITR
em 30 de setembro de 2013
e relatório sobre a revisão
de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Neoenergia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes do exercício findo
em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados na Nota 7 foram alterados em decorrência dos assuntos mencionados na referida Nota. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos ajustes de reapresentação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 23 de agosto de 2013, sem ressalva.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 3º trimestre de 2013, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em setembro de 2013, o número de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.890.194, representando um crescimento de 3,04% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87,8% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6,2% e a classe rural com 4,4%.

	Evolução do número de clientes ativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	Variação horizontal	
Residencial	8.679.264	8.489.313	87,8%	87,7%	189.951	2,24%
Industrial	36.452	37.417	0,4%	0,4%	-965	-2,58%
Comercial	611.876	599.111	6,2%	6,2%	12.765	2,13%
Rural	436.051	432.192	4,4%	4,5%	3.859	0,89%
Poder Público	81.644	81.429	0,8%	0,8%	215	0,26%
Iluminação Pública	28.142	27.849	0,3%	0,3%	293	1,05%
Serviço Público	15.161	14.620	0,2%	0,2%	541	3,70%
Consumo Próprio	1.574	1.537	0,0%	0,0%	37	2,41%
Suprimento	30	37	0,0%	0,0%	-7	
Total	9.890.194	9.683.505	100,0%	100,0%	206.689	2,13%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

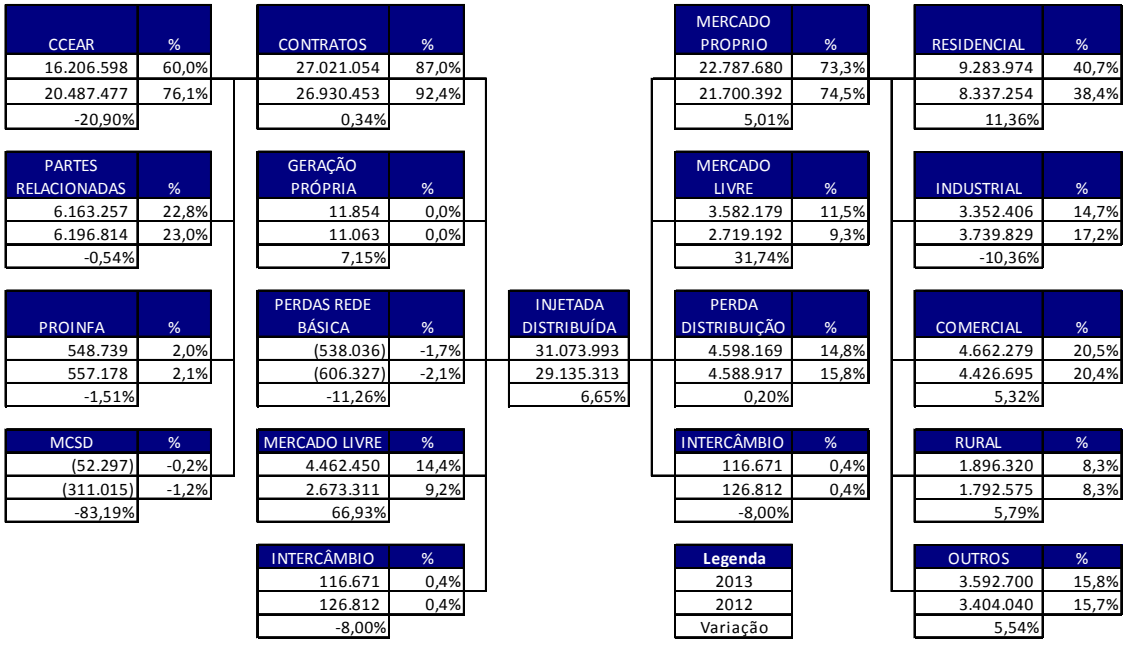
Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, até o fim do 3º trimestre de 2013, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 22.788 GWh (21.700 GWh no 3º Trimestre de 2012) apresentando um acréscimo de 5,01%.

Apesar da classe residencial representar 87,8% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 40,7% em 2013, tendo as classes industrial e comercial participação de 14,7% e 20,5%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos (GWh)					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	Variação horizontal	
Residencial	9.284	8.337	40,7%	38,4%	947	11,36%
Industrial	3.352	3.740	14,7%	17,2%	(387)	-10,36%
Comercial	4.662	4.427	20,5%	20,4%	236	5,32%
Rural	1.896	1.793	8,3%	8,3%	104	5,79%
Poder Público	1.194	1.102	5,2%	5,1%	93	8,42%
Iluminação Pública	1.079	1.008	4,7%	4,6%	72	7,10%
Serviço Público	1.294	1.269	5,7%	5,8%	25	1,98%
Consumo Próprio	25	25	0,1%	0,1%	(1)	-2,94%
Total	22.788	21.700	100,0%	100,0%	1.087	5,01%

c) Balanço Energético



O Balanço Energético das controladas Coelba, Celpe e Cosern indicam que o montante da energia injetada reduziu em 6,35%, sendo que 73,3% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 11,5% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio das distribuidoras exigiu 22.787 GWh, de energia durante os nove meses, representando um aumento de 5,01% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, o mercado livre exigiu a entrega de 3.582 GWh de energia durante os nove meses do ano, representando uma aumento de 31,74% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de

clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no período desse ano.

d) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 1.164 milhões nos nove primeiros meses de 2013. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

Em milhares (R$)	3º trimestre 2013	
	Investimento	Subvenções
Geração	36	-
Distribuição	1.119.447	125.395
Comercialização	24	-
Administração	45.307	-
	1.164.815	125.395

e) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 3,17 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 30 de setembro de 2013 está demonstrado abaixo:

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	26.726	26.726	-	-
Ligações executadas até setembro/2013	20.910	20.803	107	-
Total	683.736	516.263	114.948	52.525
Em execução	17.450	8.600	8.850	-
A executar	58.987	58.987	-	-
Ligações previstas pelo programa	760.173	583.850	123.798	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No acumulado dos nove meses de 2013 os investimentos do Grupo Neoenergia foram de R$ 1.508 milhões no segmento de geração e transmissão.

Segue quadro com abertura dos investimentos por empresa:

R$ mil	30/09/2013
NEOINVEST	617
ITAPEBI	1.464
TERMOPERNAMBUCO	11.424
BAGUARI I	2.012
GOIAS SUL	8.807
GERAÇÃO CIII	12.125
RIO PCH I	12.480
BAHIA PCH I	468
SE NARANDIBA	15.975
GERAÇÃO CÉU AZUL	127.524
NEOSERV	607
AFLUENTE G	4.733
AFLUENTE T	5.154
ENERGYWORKS	1.425
CAPUAVA	62.864
NORTE ENERGIA (Não consolidada**)	425.000
TELESPIRES (Não consolidada**)	594.337
EÓLICAS * (Não consolidada**)	221.593
Total	1.508.611

* Investimentos realizados na construção de nove parques eólicos.
** Foi considerada somente a participação do Grupo no empreendimento (Telespires 50,1%, Norte Energia 10% e Eólicas 10%)

A Companhia em conformidade com a Deliberação CVM nº 694 de 2012, que determinou a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto para o exercício iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 alterou a metodologia de consolidação das demonstrações contábeis. O normativo prevê que os empreendimentos com controle conjunto devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidadas proporcionalmente. Devido a isto, os investimentos nos projetos TelesPires e Eólicas, não serão mais consolidados proporcionalmente e serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

2.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado dos nove meses de 2013 foi de R$ 721,8 milhões (R$ 837,5 mil no mesmo período de 2012).

O EBITDA até 3º trimestre de 2013 foi de R$ 1.674,0 milhões (R$ 1.829,8 milhões no mesmo período de 2012), representando um decréscimo de 9%.

Abaixo seguem os resultados do exercício do 3º trimestre de 2013 e 2012, períodos isolados e acumulados.

Em R$ milhões	3º Trimestre			Acumulado		
Descrição	**2013**	**2012**	**Variação 2013 / 2012**	**2013**	**2012**	**Variação 2013 / 2012**
Receita Bruta	3.422	3.963	-14%	10.716	11.594	-8%
Deduções da Receita Bruta	(891)	(1.086)	-18%	(2.830)	(3.394)	-17%
Receita Líquida	**2.532**	**2.877**	**-12%**	**7.886**	**8.201**	**-4%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.882)	(2.019)	-7%	(5.672)	(5.663)	0%
Resultado Bruto	**650**	**858**	**-24%**	**2.214**	**2.538**	**-13%**
Margem Bruta	26%	30%	-4,15 p.p	28%	31%	-2,87 p.p
Outras Despesas Operacionais e Resultado de Investimento	(337)	(455)	-26%	(1.045)	(1.224)	-15%
Resultado do serviço e investimento	**313**	**403**	**-22%**	**1.170**	**1.313**	**-11%**
Depreciação, Amortização e Amortização de Ágio	(154)	(180)	-14%	(504)	(517)	-2%
EBITDA	**467**	**583**	**-20%**	**1.674**	**1.830**	**-9%**
Margem do EBITDA	18%	20%	-1,8 p.p	21%	22%	-1,08 p.p
Resultado Financeiro	(28)	(47)	-40%	(80)	(131)	-38%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**285**	**356**	**-20%**	**1.089**	**1.183**	**-8%**
IR e CSLL	(57)	(60)	-5%	(222)	(175)	27%
Participação Acionistas não Controladores	(45)	(57)	-22%	(145)	(170)	-15%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**184**	**240**	**-23%**	**722**	**838**	**-14%**
Margem Líquida	7%	8%	-1,06 p.p	9%	10%	-1,06 p.p

As principais variações ocorridas nos nove primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	Milhões (R$)			
	30/09/2013	30/09/2012	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	3.489	3.778	(289)	-7,66%
Industrial	952	1.293	(341)	-26,34%
Comercial	1.919	2.172	(253)	-11,64%
Rural	352	398	(46)	-11,48%
Poder Público	440	498	(58)	-11,57%
Iluminação Pública	212	235	(23)	-9,84%
Serviço Público	281	358	(77)	-21,46%
Fornecimento faturado	**7.646**	**8.732**	**(1.086)**	**-12,44%**
Fornecimento não faturado	(95)	(3)	(92)	3062,41%
Total Fornecimento	**7.551**	**8.729**	**(1.178)**	**-13,49%**
Suprimento	681	578	104	17,98%
Subvenção à tarifa social baixa renda	696	433	263	60,75%
Receita de Concessão	24	23	1	3,68%
Receita de Uso da Rede Básica	256	300	(44)	-14,59%
CCEE	110	109	1	0,61%
Receita de Construção	1.115	1.291	(176)	-13,66%
Outras Receitas	283	131	151	115,30%
TOTAL GERAL	**10.716**	**11.594**	**(878)**	**-7,57%**

- Deduções da receita bruta

Milhões (R$)

Descrição	30/09/13	30/09/12	Variação	%
Deduções da Receita Bruta				
Impostos:				
ICMS	(1.770)	(1.948)	178	-9,1%
PIS	(167)	(173)	7	-3,9%
COFINS	(767)	(797)	30	-3,8%
ISS	(6)	(7)	1	-15,2%
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(10)	(94)	84	-89,2%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(16)	(57)	41	-71,9%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(17)	(223)	206	-92,5%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(28)	(34)	5	-16,1%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(12)	(12)	(1)	4,6%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(6)	(6)	(0)	4,6%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(21)	(20)	(1)	7,5%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(10)	(3)	(6)	193,7%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(0)	(18)	17	-98,6%
Ministério de Minas e Energia - MME	-	(2)	2	-100,0%
Total	**(2.830)**	**(3.394)**	**563**	**-16,6%**

- Redução dos tributos de ICMS, PIS e COFINS, em decorrência, principalmente, da redução da receita bruta de vendas e/ou serviços nas distribuidoras do Grupo COELBA, CELPE e COSERN.

- Redução do encargo da quota de reserva global de - RGR em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013

- Redução do encargo conta consumo de combustível – CCC em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória da Aneel nº 1.429, de 24 de janeiro de 2013.

- Custos de bens e serviços, outras despesas operacionais e administrativas, e de resultados das participações em investidas.

Milhões (R$)

Descrição	30/09/13	30/09/12	Variação	%
Combustível para produção de energia	(213)	(156)	(58)	36,9%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(15)	(15)	0	-3,2%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(4)	(5)	1	-18,7%
Energia elétrica comprada para revenda	(3.157)	(2.921)	(237)	8,1%
Encargos de uso do sistema transmissão	(224)	(443)	219	-49,4%
Total Parcela A	**(3.614)**	**(3.540)**	**(74)**	**2,1%**
Pessoal	(402)	(353)	(50)	14,1%
Administradores	(9)	(10)	2	-16,8%
Entidade de previdência privada	(21)	(18)	(3)	18,3%
Material	(35)	(21)	(14)	67,1%
Serviços de terceiros	(711)	(623)	(89)	14,2%
Arrendamentos e alugueis	(11)	(10)	(1)	11,1%
Tributos	(8)	(6)	(2)	24,6%
Provisões Líquidas - PCLD	(134)	(422)	288	-68,2%
Provisões Líquidas - Contingências	13	(13)	27	-197,9%
Outros	(162)	(71)	(92)	129,8%
Total Parcela B	**(1.481)**	**(1.546)**	**66**	**-4,3%**
Depreciação e amortização	(436)	(443)	7	-1,6%
Custo de construção	(1.115)	(1.291)	176	-13,7%
Resultado de equivalência	(2)	7	(9)	-136,5%
Amortização de ágio de investimento	(68)	(73)	5	-7,3%
Total custos / despesas	**(6.716)**	**(6.887)**	**171**	**-2,5%**

Os custos e despesas operacionais nos nove de 2013 apresentaram uma pequeno aumento de 0,16% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para este aumento estão demonstrados abaixo:

- Aumento no volume de combustível em 2013 em relação ao mesmo período de 2012, decorrente da maior geração de energia e consequentemente dos volumes de combustíveis demandados pela UTE Termopernambuco.

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda, devido ao aumento no volume de energia injetada, em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica em conjunto com a elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Crescimento da despesa de pessoal e administradores em decorrência, principalmente do reajuste salarial do dissídio coletivo a partir de novembro de 2012 impactando as rubricas de remuneração e encargos na COELBA, CELPE e COSERN, além dos reajustes dos planos de saúde também nas três distribuidoras do Grupo.

- Crescimento no total de serviços de terceiros impactados principalmente pelos seguintes pontos abaixo:

    - COELBA – (i) reajuste dos serviços; (ii) aumento no volume de serviços realizados com manutenção corretiva, manutenção preventiva do sistema elétrico, manutenção de linha viva e manutenção/conservação de software; (iii) serviço de manutenção de cadastro para serviço de levantamento georeferenciado;

    - CELPE – Em função da alteração do critério de alocação de despesas com serviços de terceiros decorrente das exigências do processo de revisão tarifária, substituição de empresas prestadoras de serviço (EPS), intensificação das ações de corte, atualização do cadastro de clientes baixa renda e produtor rural;

- Outros - NEOENERGIA - Em 14 de maio de 2013 foi firmado junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, um acordo de compra e venda de ações onde a Neoenergia se compromete a alienar a totalidade das ações que detém da Termoaçu pelo montante de R$ 146,5 milhões. A operação será totalmente concluída após a aprovação dos órgãos reguladores. O valor líquido da operação resultou num impacto negativo no resultado no valor de 54 milhões.

Parcialmente compensados pelo:

- Ingresso dos recursos da CDE destinados a cobrir os custos adicionais com risco hidrológico, exposição involuntária e ESS segurança energética, conforme Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013;

- Redução do custo com encargos de uso do sistema de transmissão, devido à redução da energia transportada pela rede, bem como a redução das tarifas de uso conforme Medida Provisória 579/2012 e lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013;

- Provisões líquidas - PCLD, variação favorável em relação ao período comparativo em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do

prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança, impactando com o aumento da PCLD no ano de 2012.

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Milhões	Ano			Trimestre		
	2013	2012	Var. %	2013	2012	Var. %
Lucro Líquido - Atribuído aos Controladores	722	838	-14%	184	240	-23%
Lucro Líquido - Atribuído aos Não Controladores	145	170	-15%	45	57	-22%
Lucro Líquido Consolidado	867	1008	**-14%**	229	296	**-23%**
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	222	175	27%	57	60	-5%
Resultado Financeiro	80	131	-38%	28	47	-40%
Amortização ágio de investimento	68	73	-7%	-5	-2	225%
Depreciação e amortização	436	443	-2%	159	181	-12%
(=) EBITDA	1.674	1.830	-9%	467	583	-20%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até setembro de 2013 e 2012:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	30/09/13	% Vertical	30/09/12	% Horizontal	30/09/13	% Vertical	30/09/12	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	60.481		182.809		5.279		718.227	-99%
Distribuidoras:								
COELBA	434.008	67%	481.153	-10%	816.915	63%	926.552	-12%
CELPE	63.181	10%	(8.457)		268.922	21%	184.971	45%
COSERN	154.604	24%	154.270	0%	214.933	17%	262.143	-18%
Subtotal	**651.793**	**100%**	**626.966**	**4%**	**1.300.770**	**100%**	**1.373.666**	**-5%**
Geradoras:								
ITAPEBI	99.910	49%	144.906	-31%	166.054	41%	183.801	-10%
TERMOPE	21.997	11%	1.539	1329%	80.731	20%	60.213	34%
BAGUARI	7.776	4%	9.447	-18%	25.325	6%	31.856	-21%
GOIÁS SUL	5.216	3%	8.072	-35%	17.009	4%	21.003	-19%
GERAÇÃO CIII	11.783	6%	12.145	-3%	27.795	7%	28.964	-4%
RIO PCH I	8.414	4%	9.423	-11%	18.275	4%	21.230	-14%
BAHIA PCH I	9.173	4%	12.030	-24%	17.789	4%	19.764	-10%
SE NARANDIBA	4.843	2%	2.603	86%	6.046	1%	4.397	38%
GERAÇÃO CÉU AZUL	69	0%	(34)		(41)	0%	(45)	-9%
AFLUENTE G	6.373	3%	9.001	-29%	8.713	2%	10.820	-19%
AFLUENTE T	14.725	7%	14.218	4%	14.504	4%	13.786	5%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(2.669)	-1%	(1.017)	162%	(3.043)	-1%	(3.431)	-11%
ENERGYWORKS	12.771	6%	9.757	31%	23.792	6%	22.010	8%
CAPUAVA	3.830	2%	4.148	-8%	4.952	1%	4.820	3%
Subtotal	**204.211**	**100%**	**236.238**	**-14%**	**407.901**	**100%**	**419.188**	**-3%**
Outros								
NEOINVEST	(4.243)		(1.665)	155%	(4.601)		(2.541)	81%
NC ENERGIA	21.952		30.230	-27%	30.844		40.978	-25%
NEOSERV	3.137		2.879	9%	5.013		4.653	8%
Controladora e Consolidado	**721.844**		**837.561**	**-14%**	**1.674.033**		**1.829.812**	**-9%**

2.2 INDICADORES ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados:

Dados Econômico-Financeiros	2013	2012	Variação	Variação %
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	10.716	11.594	(878)	-7,6%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	7.886	8.201	(315)	-3,8%
EBITDA (R$ mil)	1.674	1.830	(156)	-8,5%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.170	1.313	(143)	-10,9%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(80)	(131)	50	-38,5%
Lucro Líquido (R$ mil)	722	838	(116)	-13,8%
Ativo Total (R$ mil)	19.052	21.054	(2.002)	-9,5%
Dívida Bruta (R$ mil) *	6.016	6.235	(219)	-3,5%
Dívida Líquida (R$ mil) **	4.825	2.250	2.575	114,4%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	9.418	10.972	(1.553)	-14,2%
Indicadores Econômico-Financeiros				
Margem EBITDA	21,2%	22,3%		-1,08 p.p
Margem EBIT	14,8%	16,0%		-1,18 p.p
Margem Líquida	9,2%	10,2%		-1,06 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	20,8	14,0		48,7%
Dívida Bruta/EBITDA***	2,7	2,6		5,5%
Dívida Líquida/EBITDA***	2,2	0,9		134,4%
Índice de Endividamento Líquido (D.Bruta / (D.Bruta+PL))	39,0%	36,2%		2,74 p.p
Ações				
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,61	1,88		-14,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,12	0,14		-13,8%

* Dívida líquida dos depósitos em garantia
** Dívida líquida de disponibilidades
*** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

30 DE SETEMBRO DE 2013

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/13	31/12/12 Reapresentado	30/09/13	31/12/12 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(8)	207.686	2.803.859	1.073.163	3.770.684
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(9)	62	62	1.690.910	2.056.384
Títulos e valores mobiliários	(10)	39.946	124.719	113.389	182.063
Impostos e Contribuições a recuperar	(12)	114.682	108.708	583.194	445.584
Estoques		-	-	23.863	24.648
Recursos CDE	(11)	-	-	5.426	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	26.112	12.307
Entidade de previdência privada		-	-	9.422	10.351
Serviços em curso	(14)	-	-	60.573	68.071
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	38.549	34.699
Outros ativos circulantes	(16)	10.850	10.147	103.591	104.129
TOTAL DO CIRCULANTE		373.226	3.047.495	3.728.192	6.708.920
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(9)	-	-	456.713	582.295
Títulos e valores mobiliários	(10)	-	-	5.053	32.316
Impostos e contribuições a recuperar	(12)	-	-	107.279	108.219
Partes relacionadas		39.744	34.525	3.800	6.690
Dividendos a receber		166.659	185.962	-	564
Juros sobre capital próprio a receber		7.495	154.326	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(13)	29.197	27.728	701.621	785.451
Depósitos judiciais	(15)	119.985	121.247	405.058	382.370
Entidade de previdência privada		-	-	24.007	19.077
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	2.181.535	2.081.666
Outros ativos não circulantes	(16)	165.085	15.182	173.059	22.420
Investimentos	(17)	8.557.116	7.592.354	1.354.421	1.066.340
Investimentos em coligadas e controladas		8.557.116	7.592.354	1.338.145	1.047.007
Outros investimentos		-	-	16.276	19.333
Imobilizado	(18)	25.731	26.567	2.747.609	2.676.076
Intangível	(20)	43.996	45.674	7.163.357	6.581.255
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.155.008	8.203.565	15.323.512	14.344.739
TOTAL DO ATIVO		9.528.234	11.251.060	19.051.704	21.053.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(21)	1.975	2.078	853.473	1.050.328
Empréstimos e financiamentos	(22)	1.002	1.006	1.308.888	680.184
Debêntures	(23)	-	-	290.496	436.551
Salários e encargos a pagar	(24)	59	4.036	102.341	93.075
Taxas regulamentares	(25)	-	-	55.748	97.681
Impostos e contribuições a recolher	(26)	6.596	32.858	407.186	392.314
Dividendos e juros sobre capital próprio	(27)	-	142.937	8.635	189.952
Provisões	(28)	13	13	92.856	64.824
Entidade de previdência privada		-	-	15.391	16.298
Partes relacionadas		10	56	46.250	1.077
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	3.088	2.974
Outros passivos circulantes	(29)	22	-	321.127	272.042
TOTAL DO CIRCULANTE		9.677	182.984	3.505.479	3.297.300
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(21)	-	-	67.520	63.716
Empréstimos e financiamentos	(22)	4.186	4.925	3.713.712	4.333.428
Debêntures	(23)	-	-	703.224	784.726
Taxas regulamentares	(25)	-	-	43.759	53.129
Impostos e contribuições a recolher	(26)	-	-	11.593	10.219
Impostos e contribuições sociais diferidos	(13)	-	-	13.093	5.329
Provisões	(28)	95.942	91.604	338.158	326.764
Entidade de previdência privada		-	-	366.400	349.109
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	22.300	21.394
Outros passivos não circulantes	(29)	-	-	37.051	70.932
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		100.128	96.529	5.316.810	6.018.746
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(30)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		4.720.845	6.770.844	4.720.845	6.770.844
Outros resultados abrangentes		(31.466)	(63.277)	(31.466)	(63.277)
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	14.598	-	14.598
Prejuízo acumulado		(12.263)	(491.931)	(12.263)	(491.931)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.418.429	10.971.547	9.418.429	10.971.547
Participação dos não controladores				810.986	766.066
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				10.229.415	11.737.613
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.528.234	11.251.060	19.051.704	21.053.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12 Reapresentado	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	(31)	**527**	**793**	**2.229**	**2.319**	**2.531.858**	**2.877.166**	**7.885.904**	**8.200.720**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(32)	-	-	-	-	**(1.881.949)**	**(2.019.356)**	**(5.671.587)**	**(5.662.995)**
LUCRO BRUTO		**527**	**793**	**2.229**	**2.319**	**649.909**	**857.810**	**2.214.317**	**2.537.725**
Despesas com vendas	(32)	-	-	-	-	(160.853)	(298.456)	(494.693)	(788.496)
Despesas gerais e administrativas	(32)	(3.495)	(5.763)	(66.586)	(13.871)	(150.116)	(128.851)	(479.188)	(369.299)
Resultado de participações societárias		159.188	191.004	661.363	654.752	(25.686)	(27.554)	(70.628)	(66.656)
Equivalência patrimonial	(17)	181.607	214.737	728.620	727.376	(2.976)	(3.530)	(2.498)	6.841
Amortização de ágio	(17)	(22.419)	(23.733)	(67.257)	(72.624)	(22.710)	(24.024)	(68.130)	(73.497)
LUCRO OPERACIONAL		**156.220**	**186.034**	**597.006**	**643.200**	**313.254**	**402.949**	**1.169.808**	**1.313.274**
Receitas financeiras	(33)	29.257	56.005	129.581	199.542	286.337	138.683	754.070	552.071
Despesas financeiras	(33)	(2.017)	(1.760)	(6.210)	(5.305)	(314.170)	(185.354)	(834.487)	(682.771)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**183.460**	**240.279**	**720.377**	**837.437**	**285.421**	**356.278**	**1.089.391**	**1.182.574**
Imposto de renda e contribuição social	(13)	**524**	**(699)**	**1.467**	**124**	**(56.902)**	**(59.900)**	**(222.086)**	**(174.639)**
Corrente	(13)	-	(1.160)	-	(1.303)	65.206	(96.895)	(205.204)	(360.509)
Diferido	(13)	524	461	1.467	1.427	(138.511)	(2.661)	(113.025)	31.694
Imposto de renda - SUDENE	(13)	-	-	-	-	27.816	51.790	130.384	190.557
Amortização ágio e reversão PMIPL	(13)	-	-	-	-	**(11.413)**	(12.134)	(34.241)	(36.381)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**183.984**	**239.580**	**721.844**	**837.561**	**228.519**	**296.378**	**867.305**	**1.007.935**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-	**(44.535)**	**(56.798)**	**(145.461)**	**(170.374)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**183.984**	**239.580**	**721.844**	**837.561**	**183.984**	**239.580**	**721.844**	**837.561**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:									
Ordinária		0,03	0,04	0,12	0,14	0,03	0,04	0,12	0,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Lucro do período	**183.984**	**239.580**	**721.844**	**837.561**	**228.519**	**296.378**	**867.305**	**1.007.935**
Outros resultados abrangentes								
Reversão de perda por participação relativa em investida vendida			26.021				26.021	
Ajuste Ativo Financeiro de Concessão		113.145		118.044		129.034		134.682
Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados das investidas	(4.046)		5.790	(6.141)	(5.001)	(41.765)	6.106	(6.824)
Tributos s/ resultados abrangentes			-	(40.135)			480	(45.792)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	**(4.046)**	**113.145**	**31.811**	**71.768**	**(5.001)**	**87.269**	**32.607**	**82.066**
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	**179.938**	**352.725**	**753.655**	**909.329**	**223.518**	**383.647**	**899.912**	**1.090.001**
Atribuível a:								
Acionistas controladores	179.938	352.725	753.655	909.329	179.938	352.725	753.655	909.329
Acionistas não controladores	-	-	-	-	43.580	30.922	146.257	180.672

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Controladora:

			Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326
Ajustes exercícios anteriores (*)						5.412	(342.952)		(337.540)
Saldos em 01 Janeiro de 2012 (Reapresentado *)	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	66.812	(342.952)	194.023	10.704.786
Lucro líquido do período							837.561		837.561
Aprovação da proposta de dividendos								(194.023)	(194.023)
Outros resultados abrangentes:									
Resultado Abrangente decorrente de equivalência s/ investida						71.768			71.768
Destinações:									
Juros sobre capital próprio							(181.659)		(181.659)
Dividendos intermediários							(249.600)		(249.600)
Saldos em 30 de setembro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	138.580	63.350	-	10.988.833

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

			Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	6.451	-	14.598	11.533.207
Ajustes exercícios anteriores (*)						(69.728)	(491.931)		(561.659)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado *)	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	(63.277)	(491.931)	14.598	10.971.548
Lucro líquido do período							721.844		721.844
Aprovação da proposta de dividendos								(14.598)	(14.598)
Outros resultados abrangentes:									
Resultado Abrangente decorrente de equivalência s/ investida						31.811			31.811
Destinações:									
Juros sobre capital próprio							(91.608)	-	(91.608)
Dividendos intermediários							(150.568)		(150.568)
Dividendos adicionais					(2.050.000)		-	-	(2.050.000)
Saldos em 30 de setembro de 2013	4.739.025	2.288	556.907	61.400	4.102.538	(31.466)	(12.263)	-	9.418.429

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Consolidada:

	Atribuível aos acionistas controladores										
			Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	786.809	11.829.135
Ajustes exercícios anteriores (*)						5.412	(342.952)		(337.540)	(45.202)	(382.742)
Saldos em 01 de Janeiro de 2012 (Reapresentado*)	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	66.812	(342.952)	194.023	10.704.786	741.607	11.446.393
Aprovação de dividendos propostos								(194.023)	(194.023)		(194.023)
Lucro líquido do período							837.561		837.561	170.374	1.007.935
Resultado abrangente de investidas						71.768			71.768	10.298	82.066
Destinações:											
Juros sobre capital próprio							(181.659)		(181.659)		(181.659)
Dividendos adicionais									-	(115.604)	(115.604)
Dividendos intercalares							(249.600)		(249.600)	(42.607)	(292.207)
Saldos em 30 de setembro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	138.580	63.350	-	10.988.833	764.068	11.752.901

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

	Atribuível aos acionistas controladores										
			Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	6.451	-	14.598	11.533.207	837.077	12.370.284
Ajustes exercícios anteriores (*)						(69.728)	(491.931)		(561.659)	(71.011)	(632.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado *)	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	(63.277)	(491.931)	14.598	10.971.548	766.066	11.737.614
Redução de Capital Social									-	(46.400)	(46.400)
Aprovação de dividendos propostos								(14.598)	(14.598)		(14.598)
Lucro líquido do período							721.844		721.844	145.461	867.305
Resultado abrangente de investidas						31.811			31.811	796	32.607
Destinações:											
Juros sobre capital próprio							(91.608)		(91.608)		(91.608)
Dividendos adicionais					(2.050.000)		-	-	(2.050.000)	(54.937)	(2.104.937)
Dividendos intercalares							(150.568)		(150.568)	-	(150.568)
Saldos em 30 de setembro de 2013	4.739.025	2.288	556.907	61.400	4.102.538	(31.466)	(12.263)	-	9.418.429	810.986	10.229.415

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12 Reapresentado	30/09/13	30/09/12 Reapresentado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	720.377	837.437	1.089.391	1.182.574
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	2.378	2.403	444.379	451.486
Equivalência patrimonial	(728.620)	(727.376)	2.498	(6.841)
Amortização de ágio, líquida	67.257	72.626	68.130	73.497
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	4.672	(1.524)	440.255	466.288
Valor justo do ativo financeiro da concessão	-	-	(68.888)	(35.411)
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	900	3.988	55.991	157.845
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	(110)	55.223	40.070
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	44.463	296.679
Outras impactos não caixa no resultado	53.494	-	53.494	70
	120.458	187.444	2.184.936	2.626.257
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	-	187.559	(172.582)
IR e CSLL a Recuperar	(5.975)	(12.426)	(12.054)	(168.411)
Impostos e contribuições a recuperar	1	-	(10.971)	(18.844)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	307.846	229.470	499	312
Estoques	-	-	785	(2.337)
Recursos CDE	-	-	(3.431)	-
Depósitos judiciais	1.262	(19.362)	(22.122)	(61.742)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(13.805)	992
Entidade de previdência privada	-	-	7.391	13.105
Partes relacionadas	2.943	38.149	1.111	42.367
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	-	1.855
Outros ativos	(4.106)	(2)	(52.586)	(94.871)
	301.971	235.829	82.376	(460.156)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(103)	(562)	65.979	361.000
Salários e encargos a pagar	(3.977)	(75)	9.266	33.757
Encargos de dívidas e swap pagos	-	(395)	(308.520)	(246.389)
Taxas regulamentares	-	-	(52.946)	(3.561)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	-	(202.287)	(115.990)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(26.262)	-	(18.045)	88.819
Partes relacionadas	(46)	(978)	-	-
Indenizações/contingências pagas	-	-	(63.393)	(43.788)
Entidade de previdência privada	-	-	5.800	(17.043)
Outros passivos	22	(5)	15.151	(34.436)
	(30.366)	(2.015)	(548.995)	22.369
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	392.063	421.258	1.718.317	2.188.470

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12 Reapresentado	30/09/13	30/09/12 Reapresentado
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital em investidas	(621.456)	(261.126)	(474.602)	(210.415)
Aquisição de investimentos	-	-	-	(60.000)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	-	70
Aquisição de imobilizado	(580)	(243)	(166.976)	(80.263)
Aquisição de intangível	(185)	-	(1.184.757)	(1.388.322)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	(21.129)	(4.619)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(464.495)	(479.433)	(1.051.980)
Resgate de títulos e valores mobiliários	84.773	-	600.828	597.932
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(537.448)	(725.864)	(1.726.069)	(2.197.597)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	498.195	567.390
Captação de debêntures	-	-	90.000	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(1.077)	(493)	(570.752)	(460.068)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(337.000)	(361.911)
Obrigações vinculadas	-	-	164.979	163.114
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.449.711)	(716.912)	(2.535.191)	(859.641)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.450.788)	(717.405)	(2.689.769)	(951.116)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.596.173)	(1.022.011)	(2.697.521)	(960.243)
Caixa e equivalentes no início do período	2.803.859	3.150.422	3.770.684	4.039.346
Caixa e equivalentes no final do período	207.686	2.128.411	1.073.163	3.079.103
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(2.596.173)	(1.022.011)	(2.697.521)	(960.243)
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA				
Venda de participação em Termoaçu ainda não recebida	146.500	-	146.500	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012 (Reapresentado)	30/09/2013	30/09/2012 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	2.487	2.555	10.716.112	11.594.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(134.363)	(422.103)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(54.001)	-	(69.584)	(9.716)
	(51.514)	2.555	10.512.165	11.162.426
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(3.598.657)	(3.260.660)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(249.256)	(481.480)
Matérias-primas consumidas	-	-	(214.983)	(158.188)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.581)	(4.881)	(1.942.496)	(2.004.113)
	(6.581)	(4.881)	(6.005.392)	(5.904.441)
Valor adicionado bruto	(58.095)	(2.326)	4.506.773	5.257.985
Depreciação e amortização	(69.635)	(75.027)	(513.212)	(524.982)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(127.730)	(77.353)	3.993.561	4.733.003
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	129.581	199.542	754.070	552.071
Resultado de equivalência patrimonial	728.620	727.376	(2.498)	6.841
	858.201	926.918	751.572	558.912
Valor adicionado total a distribuir	730.471	849.565	4.745.133	5.291.915
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	(4.008)	-	207.830	199.997
Encargos sociais (exceto INSS)	13	-	50.227	46.051
Entidade de previdência privada	57	175	20.810	17.597
Auxílio alimentação	6	65	24.559	21.486
Convênio assistencial e outros benefícios	-	67	11.104	10.230
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	17.671	21.149
Provisão para férias e 13º salário	27	(266)	49.166	46.179
Plano de saúde	61	131	21.731	16.645
Indenizações trabalhistas	-	-	19.391	5.338
Participação nos resultado	-	-	30.749	41.202
Administradores	5.366	4.823	11.966	10.227
Encerramento de ordem em curso	-	-	2.983	1.814
(-) Transferência para ordens	-	-	(93.640)	(111.903)
Outros	990	356	2.280	2.216
	2.512	5.351	376.827	328.228
Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	410	1.075	55.010	52.287
ICMS	-	-	1.770.684	1.947.043
PIS/COFINS sobre faturamento	258	236	453.581	580.613
Imposto de renda e contribuição social	(1.467)	(124)	222.086	174.639
Obrigações intra-setoriais	-	-	139.891	489.618
Outros	287	59	14.132	13.666
	(512)	1.246	2.655.384	3.257.866
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	6.210	5.305	831.077	682.771
Aluguéis	417	102	11.130	10.072
Outros	-	-	3.410	5.043
	6.627	5.407	845.617	697.886
Acionistas				
Juros sobre capital próprio	-	181.659	-	181.659
Dividendos distribuídos	-	249.600	-	249.600
Lucros acumulados não destinados	721.844	406.302	721.844	406.302
Participação dos não controladores	-	-	145.461	170.374
	721.844	837.561	867.305	1.007.935
Valor adicionado distribuído	730.471	849.565	4.745.133	5.291.915

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, empresas com controle conjunto e coligadas. Segue relação de participações segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		30/09/13		31/12/12	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGYWORKS		99,99	0,01	99,99	0,01
CAPUAVA	(d)	-	100,00	-	100,00
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	90,65	9,35	90,65	9,35

		Percentual da Participação (%)			
		30/09/13		31/12/12	
Empresas com Controle Conjunto	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
GERAÇÃO					
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
TERMOAÇU		-	-	23,13	-
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(f)	-	50,10	50,10	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
OUTROS					
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	99,00	1,00
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	50,55	-	50,55	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	50,00	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-
Empresas Coligadas					
GERAÇÃO					
ENERGÉTICA CORUMBA III	(e)	-	15,58	-	15,58
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 17.

(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 17.

(d) Participação através de EnergyWorks. Vide nota explicativa nº 17.

(e) Participação através de Geração CIII. Vide nota explicativa nº 17.

(f) Empresas constituídas para construção do empreendimento UHE Telespires com partição indireta por meio da Telespires Participações. Vide nota explicativa nº 17.

	Percentual da Participação (%)			
	30/09/13		31/12/12	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-
Salvador Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Natal Renda Fixa Longo Prazo	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Transmissão	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/12	28/08/42

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)		Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
AFLUENTE								
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW		9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW		7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462 MW		214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW		504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE								
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW			1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU (**)	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW		331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I								
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW		11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW		12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL								
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW		12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW		17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW		80 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII								
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,4 MW		50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW		19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW		154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS								
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	(*)	7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	(*)	2,9 MW	2,9 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	(*)	30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	(*)	8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	(*)	11,6 MW	11,6 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/ Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	16/10/12	16/10/47
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	26/04/11	26/04/46
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	06/05/11	06/05/46
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	26/05/11	26/05/46
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	18/05/11	18/05/46
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	01/06/11	01/06/46

(*) Cogeradoras que garantem o fornecimento em contratos bilaterais.
(**) Em maio de 2013 a Companhia acertou um acordo de compra e venda de sua participação nessa operação. (Vide nota nº 17, item "g" e movimentação de investimento)

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa aos três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A demonstração contábil intermediária consolidada da Companhia relativa aos três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Adicionalmente informamos que essas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Entretanto, todas as alterações relevantes ocorridas nesse período estão indicadas. Acrescentamos também que algumas informações da Controladora foram suprimidas, pois na avaliação da administração, os dados consolidados são mais esclarecedores para evidenciação da situação patrimonial da Companhia. Dessa forma, essas informações devem ser lidas conjuntamente com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 28 de outubro de 2013 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas e as metodologias de cálculo na preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e individuais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pela adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto que estão demonstradas na nota 7.

5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data dessas informações intermediárias, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro são as mesmas já apontadas levantadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. São elas as seguintes:

- Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível;
- Contratos de Construção;
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros;
- Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Benefícios pós-emprego.

Os detalhamentos dos itens enumerados acima podem ser encontrados na nota explicativa nº 5 da demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil intermediária consolidada foi preparada de acordo com as praticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e é composta pelas informações trimestrais da Neoenergia e de todas as suas investidas controladas abaixo relacionadas:

	Percentual da Participação (%)			
	30/09/13		31/12/12	
Empresas Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO				
COELBA	87,84	-	87,84	-
CELPE	89,65	-	89,65	-
COSERN	84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO				
AFLUENTE GERAÇÃO	87,84	-	87,84	-
BAGUARI I	99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I	99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CIII	99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL	99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI	42,00	-	42,00	-
RIO PCH I	70,00	-	75,00	-
TERMOPERNAMBUCO	99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGYWORKS	99,99	0,01	99,99	0,01
CAPUAVA	-	100,00	-	100,00
TRANSMISSÃO				
AFLUENTE TRANSMISSÃO	87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA	99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO				
NC ENERGIA	100,00	-	100,00	-
OUTROS				
NEOINVEST	99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	90,65	9,35	90,65	9,35

Nesse trimestre não houve alteração significativas na participação da Neoenergia em suas investidas diretas ou indiretas.

A Companhia alterou seus procedimentos em conformidade com a Deliberação CVM nº 694 de 2012, que determinou a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2013. O normativo prevê que os empreendimentos com controle conjunto devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidadas proporcionalmente. Essa mudança acarretou alterações nas demonstrações contábeis intermediárias originalmente apresentadas dos primeiros nove meses de 2012, nas demonstrações contábeis de abertura do período de 1 de janeiro de 2013 e nas demonstrações de 31 de dezembro de 2012. Esses ajustes estão demonstrados na nota explicativa nº 7.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil intermediária consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível mediante a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. Adicionalmente, houve a classificação dos gastos auferidos e capitalizados na controladora para realização de projetos de suas controladas, principalmente de térmicas já em operação. Esses gastos no consolidado foram alocados juntamente aos ativos atribuíveis construídos, considerados no imobilizado.

7. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais consolidados e individuais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício consolidado e individual, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 estão reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

(a) Aplicação retrospectiva do CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto, aprovada pela Deliberação CVM nº 694 de 2012, com implementação obrigatória para as demonstrações divulgadas a partir de 1 de janeiro de 2013.

As empresas enquadradas como empresas de controle conjunto não são mais consolidadas proporcionalmente. Essas passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes ocorreram nas controladas patrocinadoras de planos de benefício a empregados com reflexos no consolidado. Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

(c) Correção de erro nas controladas de distribuição na apropriação de custos aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, as Controladas do segmento de distribuição do Grupo realizaram uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão as Controladas procederam aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

(d) A Companhia e suas controladas alteraram, em 2012, a forma de interpretação e da contabilização de gastos em estudos e projetos. Desta forma, elas estão demonstrando esses reflexos nestas informações contábeis intermediárias e ajustando os saldos de 31 de dezembro de 2012 e 2011 para as bases comparativas.

(e) Reclassificações

A seguir as principais reclassificações:

- Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;

- Apresentação da dívida líquida das garantias vinculadas;

- Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;

- Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes e reclassificações sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012:

I. Balanço Patrimonial Consolidado de 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012

ATIVO	01/01/2012	(a) CPC 19 (R2)	(b) CPC 33 (R1)	(c) Revisão Tarifária	(d) Outros Ajustes	(e) Reclassificações para melhor apresentação	01/01/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4.255.486	(34.962)	-	-	-	(181.178)	4.039.346
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	2.078.466	(19.593)	-	-	-	13.794	2.072.667
Títulos e valores mobiliários	177.470	(180.685)	-	-	-	160.737	157.522
Impostos e Contribuições a recuperar	365.262	(3.210)	-	-	12	2.612	364.676
Estoques	22.927	(2.920)	-	-	-	-	20.007
Despesas pagas antecipadamente	30.580	(1.380)	-	-	-	(5.905)	23.295
Entidade de previdência privada	6.555	-	-	-	-	-	6.555
Serviços em curso	156.008	-	-	-	-	(89.788)	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	27.064	-	-	-	-	4.485	31.549
Outros ativos circulantes	105.515	(932)	-	-	1	(26.959)	77.625
TOTAL DO CIRCULANTE	**7.225.333**	**(243.682)**	**-**	**-**	**13**	**(122.202)**	**6.859.462**
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	907.912	-	-	-	3.136	-	911.048
Títulos e valores mobiliários	139.142	-	-	-	-	(130.469)	8.673
Impostos e contribuições a recuperar	89.227	(51)	-	-	-	-	89.176
Partes relacionadas	39.192	9.681	-	-	-	3.319	52.192
Dividendos a receber	-	9.657	-	-	-	-	9.657
Impostos e contribuições sociais diferidos	335.265	(1.723)	(3.080)	68.627	483	353.826	753.398
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	546.207	-	-	-	-	(546.207)	-
Fundos vinculados	55.055	-	-	-	-	(55.055)	-
Depósitos judiciais	302.243	(562)	-	-	-	(3.043)	298.638
Entidade de previdência privada	37.596	-	(4.274)	-	-	-	33.322
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.097.347	-	-	(339.799)	-	48.196	805.744
Outros ativos não circulantes	25.744	-	-	-	-	-	25.744
Investimentos	163.873	535.882	-	-	-	-	699.755
Investimentos em coligadas e controladas	136.081	544.862	-	-	-	-	680.943
Outros investimentos	27.792	(8.980)	-	-	-	-	18.812
Imobilizado	3.780.995	(1.142.679)	-	-	10.201	2.534	2.651.051
Intangível	6.889.613	(72.127)	-	(100.925)	(12.709)	(32.047)	6.671.805
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**14.409.411**	**(661.922)**	**(7.354)**	**(372.097)**	**1.111**	**(358.946)**	**13.010.203**
ATIVO TOTAL	**21.634.744**	**(905.604)**	**(7.354)**	**(372.097)**	**1.124**	**(481.148)**	**19.869.665**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2012	CPC 19 (R2)	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Outros Ajustes	Reclassificações para melhor apresentação	01/01/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	798.956	(48.233)	-	-	17.139	9.931	777.793
Empréstimos e financiamentos	812.252	(193.970)	-	-	-	(173)	618.109
Debêntures	433.525	7.693	-	-	-	-	441.218
Salários e encargos a pagar	65.496	(247)	-	-	-	(57)	65.192
Taxas regulamentares	172.486	(1.346)	-	-	-	(63.356)	107.784
Impostos e contribuições a recolher	432.606	(4.414)	-	-	610	(89.965)	338.837
Dividendos e juros sobre capital próprio	157.954	(9.191)	-	-	-	(86)	148.677
Provisões	46.240	-	-	-	(13)	-	46.227
Entidade de previdência privada	15.233	-	-	-	-	-	15.233
Partes relacionadas	3.276	460	-	-	-	-	3.736
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	3.045	(1.347)	-	-	-	1.949	3.647
Outros passivos circulantes	256.917	(1.241)	-	-	-	(827)	254.849
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.197.986**	**(251.836)**	**-**	**-**	**17.736**	**(142.584)**	**2.821.302**
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	61.159	-	-	-	-	-	61.159
Empréstimos e financiamentos	4.315.250	(453.996)	-	-	-	(205.539)	3.655.715
Debêntures	1.199.164	-	-	-	-	-	1.199.164
Taxas regulamentares	102.654	-	-	-	-	(24.652)	78.002
Impostos e contribuições a recolher	10.458	-	-	-	-	-	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	193.094	-	-	-	-	(193.094)	-
Provisões	186.499	-	-	-	13	85.778	272.290
Entidade de previdência privada	281.188	(8)	(13.334)	-	-	-	267.846
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	67.246	(45.915)	-	-	-	(1.057)	20.274
Outros passivos não circulantes	37.062	-	-	-	-	-	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**6.453.774**	**(499.919)**	**(13.334)**	**-**	**13**	**(338.564)**	**5.601.970**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.739.025	-	-	-	-	-	4.739.025
Reservas de capital	2.288	-	-	-	-	-	2.288
Reservas de lucro	6.045.590	-	-	-	-	-	6.045.590
Outros resultados abrangentes	61.400	-	5.412	-	-	-	66.812
Proposta de distribuição de dividendos adicional	194.023	-	-	-	-	-	194.023
Lucro/Prejuízo acumulado	-	-	-	(326.327)	(16.625)	-	(342.952)
Total do patrimônio líquido Controlador	**11.042.326**	**-**	**5.412**	**(326.327)**	**(16.625)**	**-**	**10.704.786**
Participação dos não controladores	940.658	(153.849)	568	(45.770)	-	-	741.607
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	**21.634.744**	**(905.604)**	**(7.354)**	**(372.097)**	**1.124**	**(481.148)**	**19.869.665**

ATIVO	31/12/2012	(a) CPC 19 (R2)	(b) CPC 33 (R1)	(c) Revisão Tarifária	(d) Outros Ajustes	(e) Reclassificações para melhor apresentação	31/12/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4.261.877	(493.157)	-	-	1.964	-	3.770.684
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	2.079.092	(22.708)	-	-	-	-	2.056.384
Títulos e valores mobiliários	186.112	(4.049)	-	-	-	-	182.063
Impostos e Contribuições a recuperar	461.470	(8.945)	-	-	(6.941)	-	445.584
Estoques	27.620	(2.972)	-	-	-	-	24.648
Despesas pagas antecipadamente	15.155	(1.396)	-	-	(1.452)	-	12.307
Entidade de previdência privada	10.351	-	-	-	-	-	10.351
Serviços em curso	68.071	-	-	-	-	-	68.071
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	34.699	-	-	-	-	-	34.699
Outros ativos circulantes	109.014	(905)	-	-	1	(3.981)	104.129
TOTAL DO CIRCULANTE	**7.253.461**	**(534.132)**	**-**	**-**	**(6.428)**	**(3.981)**	**6.708.920**
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	579.061	-	-	-	-	3.234	582.295
Títulos e valores mobiliários	40.298	(7.982)	-	-	-	-	32.316
Impostos e contribuições a recuperar	114.892	(6.673)	-	-	-	-	108.219
Partes relacionadas	3.471	46	-	-	(2.320)	5.493	6.690
Dividendos a receber	-	564	-	-	-	-	564
Impostos e contribuições sociais diferidos	651.209	1	25.191	109.050	-	-	785.451
Depósitos judiciais	378.620	(562)	-	-	-	4.312	382.370
Entidade de previdência privada	28.821	-	(9.744)	-	-	-	19.077
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.580.049	(1)	-	(498.382)	-	-	2.081.666
Outros ativos não circulantes	22.427	(7)	-	-	-	-	22.420
Investimentos	322.350	771.436	-	-	(26.019)	(1.427)	1.066.340
Investimentos em coligadas e controladas	295.384	779.069	-	-	(26.019)	(1.427)	1.047.007
Outros investimentos	26.966	(7.633)	-	-	-	-	19.333
Imobilizado	4.554.709	(1.885.159)	-	-	(7.764)	14.290	2.676.076
Intangível	6.824.999	(85.545)	-	(141.893)	(13.073)	(3.233)	6.581.255
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**16.100.906**	**(1.213.882)**	**15.447**	**(531.225)**	**(49.176)**	**22.669**	**14.344.739**
ATIVO TOTAL	**23.354.367**	**(1.748.014)**	**15.447**	**(531.225)**	**(55.604)**	**18.688**	**21.053.659**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2012	CPC 19 (R2)	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Outros Ajustes	Reclassificações para melhor apresentação	31/12/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	1.097.359	(89.779)	-	-	(819)	43.567	1.050.328
Empréstimos e financiamentos	718.867	(38.683)	-	-	-	-	680.184
Debêntures	436.551	-	-	-	-	-	436.551
Salários e encargos a pagar	93.864	(789)	-	-	-	-	93.075
Taxas regulamentares	129.479	(2.137)	-	-	-	(29.661)	97.681
Impostos e contribuições a recolher	415.144	(22.673)	-	-	(157)	-	392.314
Dividendos e juros sobre capital próprio	190.662	(4)	-	-	-	(706)	189.952
Provisões	65.700	(2)	-	-	(874)	-	64.824
Entidade de previdência privada	16.313	(15)	-	-	-	-	16.298
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	1.077	1.077
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	4.249	(1.275)	-	-	-	-	2.974
Outros passivos circulantes	284.976	(1.748)	-	-	-	(11.186)	272.042
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.453.164**	**(157.105)**	**-**	**-**	**(1.850)**	**3.091**	**3.297.300**
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	66.435	-	-	-	-	(2.719)	63.716
Empréstimos e financiamentos	5.340.773	(1.007.345)	-	-	-	-	4.333.428
Debêntures	1.127.338	(342.612)	-	-	-	-	784.726
Taxas regulamentares	53.129	-	-	-	-	-	53.129
Impostos e contribuições a recolher	10.219	-	-	-	-	-	10.219
Impostos e contribuições sociais diferidos	6.537	-	-	-	(1.208)	-	5.329
Provisões	308.449	-	-	-	-	18.315	326.764
Entidade de previdência privada	284.789	(27)	64.347	-	-	-	349.109
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	72.497	(51.103)	-	-	-	-	21.394
Outros passivos não circulantes	70.931	-	-	-	-	1	70.932
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**7.341.097**	**(1.401.087)**	**64.347**	**-**	**(1.208)**	**15.597**	**6.018.746**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.739.025	-	-	-	-	-	4.739.025
Reservas de capital	2.288	-	-	-	-	-	2.288
Reservas de lucro	6.782.490	(11.646)	-	-	-	-	6.770.844
Outros resultados abrangentes	6.451	1	(43.710)	-	(26.019)	-	(63.277)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	14.598	-	-	-	-	-	14.598
Lucro/Prejuízo acumulado	-	1	-	(465.405)	(26.527)	-	(491.931)
Total do patrimônio líquido Controlador	**11.544.852**	**(11.644)**	**(43.710)**	**(465.405)**	**(52.546)**	**-**	**10.971.547**
Participação dos não controladores	1.015.254	(178.178)	(5.190)	(65.820)	-	-	766.066
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	**23.354.367**	**(1.748.014)**	**15.447**	**(531.225)**	**(55.604)**	**18.688**	**21.053.659**

(d.1) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores na NEOINVEST, relacionados à retificação de lançamentos referentes, principalmente, a capitalização de gastos com estudos e projetos e impostos diferidos, no montante de R$ (17.120).

(d.2) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores da TERMOAÇU, relacionados à retificação de equivalência patrimonial pela redução do investimento pela

perda de participação relativa decorrente de diluição de participação societária, não reconhecida em exercícios anteriores no valor de R$ (26.019).

(d.3) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores na BAGUARI, relacionados à retificação de lançamentos referentes, principalmente, pela retificação de gastos ambientais no montante de R$ 1.642, dos quais R$ 842 se referem a 2011 e R$ 800 a exercícios anteriores, despesas financeiras no montante de R$ 3.510, retificação da amortização do diferido no valor de R$ 1.655, dos quais R$ 702 se referem ao exercício de 2011 e R$ 953 a exercícios anteriores e retificação do intangível no montante de R$ 1.191, dos quais R$ 65 se referem ao exercício de 2011 e R$ 1.126 a exercícios anteriores e retificação do aditivo ao contrato de empreitada no valor de R$ 17.993.

(d.4) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores da Geração CIII, relacionados, principalmente, retificação do intangível no montante de R$ 6.560, dos quais R$ 489 se referem ao exercício de 2011, R$ 6.071 a exercícios anteriores e retificação da depreciação de itens do ativo imobilizado no valor de R$ 986 tendo impacto direto em exercícios anteriores e retificação de amortização do intangível no valor de R$ 352 tendo impacto direto no exercício de 2011.

II. Demonstrações do Resultado Consolidado referentes aos períodos de 30 de setembro 2012.

	30/09/2012	CPC 19 (R2)	Revisão Tarifária	Reclassificações para melhor apresentação (*)	30/09/2012
	(Divulgado)				(Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	**8.320.675**	**(119.955)**	-	-	**8.200.720**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(5.828.496)**	**24.186**	**(112.869)**	**254.184**	**(5.662.995)**
LUCRO BRUTO	**2.492.179**	**(95.769)**	**(112.869)**	**254.184**	**2.537.725**
Despesas com vendas	(534.312)	-	-	(254.184)	(788.496)
Despesas gerais e administrativas	(379.647)	10.348	-	-	(369.299)
Resultado de participações societárias	(75.349)	8.693	-	-	(66.656)
Equivalência patrimonial	(1.852)	8.693	-	-	6.841
(-) Provisão para desvalorização de investimento	-	-	-	-	-
Amortização de ágio	(73.497)	-	-	-	(73.497)
LUCRO OPERACIONAL	**1.502.871**	**(76.728)**	**(112.869)**	**-**	**1.313.274**
Receitas financeiras	591.788	(7.856)	(31.861)	-	552.071
Despesas financeiras	(684.998)	27.957	(25.730)	-	(682.771)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.409.661**	**(56.627)**	**(170.460)**	**-**	**1.182.574**
Imposto de renda e contribuição social	**(232.623)**	**24.269**	**33.715**	**-**	**(174.639)**
Corrente	(384.778)	24.269	-	-	(360.509)
Diferido	(2.021)	-	33.715	-	31.694
Imposto de renda - SUDENE	190.557	-	-	-	190.557
Amortização ágio e reversão PMIPL	(36.381)	-	-	-	(36.381)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	**1.177.038**	**(32.358)**	**(136.745)**	**-**	**1.007.935**
Participações dos acionistas não controladores	**(208.188)**	**20.418**	**17.396**	**-**	**(170.374)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**968.850**	**(11.940)**	**(119.349)**	**-**	**837.561**

(*) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD.

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

	Consolidado		
	30/09/12		
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória e CPC 19 (R2)	Reapresentado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	**1.409.661**	**(227.087)**	**1.182.574**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.427.618	16.065	1.443.683
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(310.287)	(149.869)	(460.156)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(368.562)	390.931	22.369
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.158.430**	**30.040**	**2.188.470**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.409.688)**	**212.091**	**(2.197.597)**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(233.086)**	**(718.030)**	**(951.116)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(484.344)**	**(475.899)**	**(960.243)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.074.308	(34.962)	4.039.346
Caixa e equivalentes no final do exercício	3.589.964	(510.861)	3.079.103
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**(484.344)**	**(475.899)**	**(960.243)**

III. Demonstração do Valor Adicionado Consolidado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

	Demonstração do valor adicionado		
	30/09/12		
	Publicado (Reclassificado*)	Base de Remuneração Regulatória e CPC 19 (R2)	Reapresentado
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR			
Receitas	11.298.540	(136.114)	11.162.426
Insumos adquiridos de terceiros	(5.841.189)	(63.252)	(5.904.441)
Valor adicionado bruto	5.457.351	(199.366)	5.257.985
Depreciação e amortização	(505.869)	(19.113)	(524.982)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.951.482	(218.479)	4.733.003
Valor adicionado recebido em transferência	589.936	(31.024)	558.912
TOTAL VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**5.541.418**	**(249.503)**	**5.291.915**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	331.876	(3.648)	328.228
Governo	3.336.641	(78.775)	3.257.866
Financiamentos	695.863	2.023	697.886
Acionistas	1.177.038	(169.103)	1.007.935
TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**5.541.418**	**(249.503)**	**5.291.915**

(*) Contempla as reclassificações para melhor apresentação

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
				Reapresentado (*)
Caixa e depósitos bancários à vista	164	73	33.119	63.363
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	37.885	1.197.621	77.085	1.242.905
Fundos de investimento	169.637	1.606.165	962.959	2.464.416
	207.686	2.803.859	1.073.163	3.770.684

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB´s, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100,5%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

A redução observada do saldo de caixa e equivalentes caixa do período decorre principalmente do pagamento de proventos aos acionistas conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e demais contas a receber consolidado estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	30/09/13	31/12/12
			Reapresentado (*)
Consumidores	(a)	2.596.265	3.013.188
Títulos a receber	(b)	111.202	141.383
Comercialização de energia na CCEE	(c)	112.940	132.045
Disponibilização do sistema de distribuição		33.049	49.884
Serviços prestados a terceiros		21.497	19.090
Serviços taxados e adminstrativos		61.975	66.560
Subvenções	(d)	152.416	103.821
Outros créditos		63.107	73.776
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(1.004.828)	(961.068)
Total		2.147.623	2.638.679
Circulante		1.690.910	2.056.384
Não circulante		456.713	582.295

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/13	31/12/12 Reapresentado (*)	30/09/13	31/12/12 Reapresentado (*)
Setor Privado							
Residencial	282.175	177.357	635.646	1.095.178	1.258.094	(692.798)	(678.084)
Industrial	120.628	15.291	100.791	236.710	262.379	(83.486)	(72.837)
Comercial, serviços e outras	206.878	44.727	96.192	347.797	424.401	(68.412)	(68.836)
Rural	49.730	16.152	92.175	158.057	170.088	(46.519)	(45.218)
	659.411	253.527	924.804	1.837.742	2.114.962	(891.215)	(864.975)
Setor Público							
Poder público							
Federal	12.990	1.667	4.186	18.843	21.968	(1.977)	(1.638)
Estadual	15.843	5.486	7.330	28.659	168.650	(1.510)	(1.106)
Municipal	281.861	13.160	30.245	325.266	206.848	(25.022)	(23.770)
	310.694	20.313	41.761	372.768	397.466	(28.509)	(26.514)
Iluminação pública	36.430	12.674	11.881	60.985	67.852	(8.053)	(3.095)
Serviço público	58.572	3.793	16.764	79.129	92.453	(10.925)	(7.783)
Fornecimento não faturado	202.690	(878)	43.829	245.641	340.455	-	-
Consumidores	1.267.797	289.429	1.039.039	2.596.265	3.013.188	(938.702)	(902.367)

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/13	31/12/12 Reapresentado (*)	30/09/13	31/12/12 Reapresentado (*)
Setor público	3.573	2	12	3.587	820	(13)	(27)
Setor privado	50.256	17.027	40.332	107.615	140.563	(15.859)	(17.031)
Total	53.829	17.029	40.344	111.202	141.383	(15.872)	(17.058)

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização as Companhias constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenções

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2013 é R$ 112.975 (R$ 103.821 em 31 de dezembro de 2012), relativos às subvenções dos meses de agosto e setembro de 2013.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (reapresentado *)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(660.950)	(13.297)	(42.045)	(716.292)
Reversões	216.291	2.806	13.434	232.531
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado *)	(902.367)	(17.058)	(41.643)	(961.068)
Adições	(183.935)	(451)	(9.786)	(194.171)
Reversões	116.323	1.636	1.175	119.135
Baixados a reserva	31.276	-	-	31.276
Saldos em 30 de setembro de 2013	(938.702)	(15.872)	(50.254)	(1.004.828)

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

Nas Distribuidoras do Grupo duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança das Companhias: as decorrentes das regras comerciais promovidas pela resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; e os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existente para o grupo baixa renda. Antes era considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração, para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada; com a referida lei passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de quase 2 milhões de clientes, desses mais de 770 mil clientes somente na Celpe, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando as Companhias a deixar de receber a respectiva subvenção.

Dentre as empresas, a principal impactada em seu resultado, Celpe, com um o total de clientes de cerca de 3,2 milhões de consumidores, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia

específica de cobrança, sendo denominado de Conjunto Monitorado, cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro da residencial a maioria possuía perfil de baixo consumo.

A Administração da Companhia Celpe, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma previsto, ele somente deveria durar o tempo necessário para que os lotes fossem devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Logo, não houve nada em 2012 diferente de 2011, que tenha provocado alteração na contabilização, apenas e tão somente a manutenção da mecânica da ação, isto é, aqueles clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia Celpe realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de reparcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado 30/09/13	Consolidado 31/12/12 Reapresentado (*)
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(**)	CDI	60.097	40.636
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10	10
Banco Itaú		LFT	fev-13 / mai-14	CDIC	30.183	65.663
Banco Nordeste do Brasil	(c)	LFT	set-17	CDI	18.012	43.927
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(**)	CDI	4	11.684
Bradesco	(b)	Fundo de Investimento	(**)	CDI	193	1.119
Bradesco		LFT	(**)	CDI	29	16
Bradesco	(a)	CDB	jan-13 / set-13 / abr-14	CDI	10	2.184
Bradesco		LFT	mar-13	CDI	259	33
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	jun -13 / jan-13/ fev-14 / fev-17	CDI	1.396	7.374
Caixa Econômica Federal	(c)	CDB	Diversos	CDI	5.495	36.049
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	2.627	2.486
Sul América		Título de capitalização	set-13	TR	5	5
Caixa Econômica Federal	(b)	Fundo de Investimento	(**)	Variável	-	1.397
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	71	68
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	1.684
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	39	44
Bradesco	(b)	LFT	set-14	CDI	12	-
Total					118.442	214.379
Circulante					113.389	182.063
Não circulante					5.053	32.316

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(**) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

11. RECURSOS CDE

	Ref.	Consolidado 30/09/13
Encargo do serviço do sistema	(a)	14.150
Risco hidrológico	(b)	(10.158)
Frustação de cotas	(c)	1.434
Total		5.426

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoelétricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia

contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário. Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	102.606	101.252	270.823	208.160
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	7.577	2.956	118.068	55.032
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	106.170	114.414
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	13.330	13.892
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	54.015	34.920
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	13.681	11.918
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		-	-	738	-
IOF		3.851	3.852	3.851	3.852
Imposto sobre Serviços - ISS		-	-	1.034	1.477
Outros		648	648	1.484	1.919
		114.682	108.708	583.194	445.584
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	104.791	105.731
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.413	2.413
Outros		-	-	75	75
		-	-	107.279	108.219
Total		114.682	108.708	690.473	553.803

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipado corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto principalmente por ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) A Companhia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procederam o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Coelba, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Vide nota explicativa nº. 28 – Provisões.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos do consolidado é a seguinte:

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(I)	**225.074**	**282.428**
Diferido ativo		248.142	296.122
Diferido passivo		(23.068)	(13.694)
Benefícil fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	**463.454**	**497.694**
Total		**688.528**	**780.122**
Ativo		701.621	785.451
Passivo		(13.093)	(5.329)

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo				Passivo			
	30/09/13		31/12/12		30/09/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	135.370	33.844	138.233	34.557	-	-	-	-
Diferenças temporárias	601.147	150.324	853.520	163.009	(65.161)	(16.290)	(39.174)	(9.794)
	736.517	184.168	991.753	197.566	(65.161)	(16.290)	(39.174)	(9.794)
Contribuição Social								
Base negativa	135.370	12.183	138.233	12.441	-	-	-	
Diferenças temporárias	575.467	51.791	956.832	86.115	(75.310)	(6.779)	(43.333)	(3.900)
	710.837	63.974	1.095.065	98.556	(75.310)	(6.779)	(43.333)	(3.900)
Total		248.142		296.122		(23.069)		(13.694)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	30/09/13		31/12/12	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	180.354	180.354	179.475	179.475
Provisão para passivo atuarial	378.103	378.103	360.234	360.234
Provisão para demissão voluntária	598	598	1.032	1.032
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	273.137	273.137	249.045	249.045
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	20.406	20.410	26.845	26.845
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.409	5.409	5.244	5.244
Pis/Cofins diferidos	95.646	95.646	91.331	91.331
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	70.337	70.337
Prejuízo fiscal	50.140	50.140	60.603	60.603
Incentivo Fiscal Sudene	143.993	-	128.991	-
Ajustes RTT				
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	35.008	35.008	42.763	42.763
Ativos e passivos regulatórios	2.130	2.130	2.130	2.130
Custo de captação	90.129	90.129	57.423	57.423
Uso do bem público	27.178	27.178	18.851	18.851
Diferença de amortização de diferido	2.299	2.299	2.537	2.537
Outros ajustes de RTT	11.549	-	5.559	-
Outros	4	4	45.011	45.136
Total ativo	1.323.182	1.167.644	1.609.657	1.543.455
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	(10.962)	(10.962)	(9.641)	(9.641)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(229.842)	(229.202)	(266.775)	(266.134)
Déficit plano previdenciário	(28.254)	(28.254)	(25.021)	(25.021)
Superávit plano previdenciário	(137.755)	(137.755)	(140.636)	(140.636)
Ativos e passivos regulatórios	(473)	(473)	(473)	(473)
Custo de captação	(33.996)	(33.995)	(30.250)	(30.250)
Ganho de participação relativa	(111.281)	(111.281)	(78.045)	(78.045)
Uso do bem público	(8.160)	(8.160)	(12.814)	(12.814)
Total passivo	(567.798)	(567.157)	(569.258)	(568.617)
Total líquido	**755.384**	**600.487**	**1.040.399**	**974.838**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2013 e 2012.

		Consolidado			
		30/09/13		30/09/12	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				Reapresentado (*)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		1.089.391	1.089.391	1.182.574	1.182.574
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(34.241)	(34.243)	(36.381)	(36.381)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(322)	(6.312)	(383)	(1.624)
Juros sobre capital próprio		(91.608)	(91.607)	(181.659)	(181.659)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste		963.220	957.229	964.151	962.910
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		240.805	86.151	241.038	86.662
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		17.033	6.132	18.374	6.615
Perda de equivalência patrimonial		625	225	-	-
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	13	-	13
Contribuições e doações		304	110	431	155
Multas indedutíveis		105	38	2.027	730
Depreciação veículos executivos		183	67	235	85
Excesso despesas previdenciárias		3.204	1.153	2.421	872
Efeito regime lucro presumido		-	-	11	5
Participação no resultado		109	39	223	80
Outras adições		11.517	3.857	936	470
		33.080	11.634	24.658	9.025
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		-	-	(1.710)	(616)
Reversão da provisão do ágio		(10.450)	(3.762)	(11.031)	(3.982)
Reversão da PMIPL		(6.169)	(2.221)	(6.631)	(2.387)
Incentivo fiscal SUDENE		(130.384)	-	(190.557)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(2.412)	-	(3.346)	-
Efeito regime lucro presumido		(8.772)	(2.649)	(9.691)	(3.094)
Outras exclusões		(26.253)	(10.091)	(8.979)	(1.502)
		(184.440)	(18.723)	(231.945)	(11.581)
Imposto de renda e contribuição social no período		89.445	79.062	33.751	84.106
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		33.079	11.911	(751)	(270)
Diferido de diferença temporária de RTT		(26.236)	584	21.631	(209)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		96.288	91.557	54.631	83.627
Corrente		19.570	55.250	72.536	97.416
Recolhidos e Pagos		68.760	76.420	52.343	63.648
Á pagar		31.336	11.940	12.565	19.355
Compensados e deduzidos		14.035	3.258	17.526	19.112
Impostos antecipados a recuperar		(94.561)	(36.368)	(9.898)	(4.699)
Diferido		76.718	36.307	(17.905)	(13.789)
		96.288	91.557	54.631	83.627

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (R1) (Custos de Empréstimos) –

IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (R1) (Contrato de Concessão) – IFRIC12.

(II) Benefício fiscal – Ágio incorporado

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R$ 497.694, que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para Coelba, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para Celpe, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para Cosern, maio de 2004, 248 parcelas mensais para Termopernambuco e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para Itapebi e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para Coelba, nº 192, de 31 de maio de 2001 para Celpe, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para Cosern.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na Coelba.

14. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/13	31/12/12
Serviço próprio	12.179	11.760
Serviços prestados a terceiros	46.928	55.026
Transf.fabric.reparo de materiais	1.466	1.285
Total	60.573	68.071

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reapresentado (*)
	Ref.	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Trabalhistas		1.797	1.879	129.904	115.827
Cíveis		11	11	104.520	82.449
Fiscais:		118.177	119.357	161.512	174.499
PIS / COFINS	(a)	96.425	99.421	101.140	115.625
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(e)	21.752	19.936	21.752	19.936
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	-	8.338	7.928
Impostos Municipais	(c)	-	-	6.298	5.915
ICMS	(d)	-	-	6.152	5.882
INSS		-	-	9.025	8.629
CSLL		-	-	852	813
IOF		-	-	6.265	6.265
Outros		-	-	1.690	3.506
Outros		-	-	9.122	9.595
Total		119.985	121.247	405.058	382.370

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da

COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96. O restante do valor corresponde à atualização monetária desses saldos depositados.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

(c) Na Coelba corresponde a depósitos no montante de R$ 2.296 (R$ 2.237 em 2012) realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.

(d) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

(e) No ano de 2001 a Companhia reconheceu e posteriormente recebeu JSCP deliberado por suas controladas e impetrou um mandato de segurança para que não fosse pago o IRRF sobre essa remuneração a título de antecipação. Foram efetuados depósitos judiciais no montante de R$ 8,7 milhões. Hoje, os valores atualizados correspondem ao montante demonstrado nesse item.

16. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reapresentado (*)
	Ref.	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		22	13	7.947	8.776
Adiantamentos a fornecedores		42	23	29.790	42.119
Serviços prestados a terceiros		-	-	9.058	6.825
Alienações em curso		-	-	2.379	2.096
RGR a compensar		-	-	445	445
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	9.449	9.240
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	-	-	14.408	7.906
Cobrança extra judicial		-	-	6.414	6.255
Uso mútuo de postes		-	-	9.919	7.801
Sub-rogação CCC		-	-	1.492	1.651
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Petrobras	(c)	149.986	-	149.986	-
Performance Administração PCH	(d)	15.120	15.120	15.120	15.120
Créditos de veiculação de mídia	(e)	9.804	9.804	9.804	9.804
Outros créditos a receber		961	369	8.801	6.873
Total		175.935	25.329	276.650	126.549
Ativo circulante		10.850	10.147	103.591	104.129
Ativo não circulante		165.085	15.182	173.059	22.420

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

(c) Referente a contas a receber da Neoenergia junto a Petrobras pela venda de participação da Termoaçu (Vide nota explicativa nº 17, item “g”).

(d) Valores a receber dos não controladores da RIO PCH, a Performance Administração, que serão pagos mediante repasse dos proventos (dividendos e JSCP) a que tem direito na empresa. Esses recursos foram adiantados pela Neoenergia a eles para que pudessem realizar aportes para conclusão das obras com a manutenção da participação deles na companhia.

(e) Créditos para veiculação de mídias junto ao Grupo Bandeirantes.

17. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
COELBA		30/09/13	98.122	67.179	87,84	542.163	2.778.571	434.008
		30/09/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.340.238	481.153
CELPE		30/09/13	66.023	864	89,65	590.174	1.447.400	63.181
		30/09/12	66.023	864	89,65	590.174	1.395.914	(8.457)
COSERN		30/09/13	110.814	31.153	84,47	179.787	884.793	154.604
		30/09/12	110.782	31.153	84,45	179.787	730.595	154.270
ITAPEBI		30/09/13	44.100	-	42,00	25.000	335.741	99.910
		30/09/12	44.100	-	42,00	105.000	398.515	144.906
TERMOPE		30/09/13	262.594	-	100,00	214.570	427.202	21.997
		30/09/12	262.594	-	100,00	214.570	404.668	1.539
BAGUARI I	(a)	30/09/13	87.133	-	100,00	87.133	99.583	7.776
		30/09/12	76.000	-	100,00	87.133	91.230	9.447
GOIAS SUL	(b)	30/09/13	109.643	-	100,00	188.446	194.185	5.216
		30/09/12	109.643	-	100,00	189.196	195.391	8.072
GERAÇÃO C III	(c)	30/09/13	128.566	-	100,00	147.575	177.279	11.783
		30/09/12	70.265	-	100,00	147.575	165.430	12.145
RIO PCH I	(d)	30/09/13	74.166	-	70,00	105.951	115.883	8.414
		30/09/12	74.166	-	70,00	105.951	115.931	9.423
BAHIA PCH I	(e)	30/09/13	49.174	-	100,00	108.937	120.450	9.173
		30/09/12	49.174	-	100,00	108.937	121.728	12.030
SE NARANDIBA		30/09/13	16.000	-	100,00	46.420	51.463	4.843
		30/09/12	16.000	-	100,00	42.090	45.024	2.603
AGUAS DA PEDRA	(f)	30/09/13	145.557	-	51,00	-	-	-
		30/09/12	145.557	-	51,00	-	-	-
TERMOAÇU	(g)	30/09/13	290.047	-	23,13	-	-	-
		30/09/12	290.047	-	23,93	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/09/13	1	-	100,00	172.713	172.375	69
		30/09/12	1	-	100,00	5.231	4.824	(34)
NC ENERGIA		30/09/13	13.600	-	100,00	12.877	29.886	21.952
		30/09/12	13.600	-	100,00	13.600	31.405	30.230
NEOSERV	(h)	30/09/13	-	-	100,00	7.730	16.721	3.137
		30/09/12	-	-	100,00	7.730	16.888	2.879
GARTER		30/09/13	1	-	100,00	-	38	-
		30/09/12	1	-	100,00	-	38	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	30/09/13	9.812	6.718	87,84	30.916	41.755	6.373
		30/09/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.165	9.001
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	30/09/13	55.416	67.179	87,84	63.085	72.786	14.725
		30/09/12	55.417	67.179	87,84	63.085	79.668	14.218
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	30/09/13	198.001	-	100,00	367.001	372.249	(2.669)
		30/09/12	198.001	-	100,00	270.001	277.918	(1.017)
NORTE ENERGIA		30/09/13	180.010	-	10,00	-	1.717.325	(30.244)
		30/09/12	180.010	-	10,00	-	1.447.569	(1.121)
ENERGYWORKS	(k)	30/09/13	214.479	-	100,00	117.964	132.431	12.771
		30/09/12	214.479	-	100,00	117.964	126.791	9.757
CAPUAVA	(k)	30/09/13	-	-	100,00	11.456	15.983	3.830
		30/09/12	-	-	100,00	11.456	16.228	4.148
ECIII		30/09/13	-	-	15,58	-	137.956	9.538
		30/09/12	-	-	15,58	-	127.426	-
NEOINVEST		30/09/13	34.620	-	100,00	34.620	8.751	(4.243)
		30/09/12	32.250	-	100,00	32.250	10.669	(1.665)

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	30/09/13	192.994		50,55	-	-	-
		30/09/12	192.994		100,00	-	(2.135)	-
CALANGO I	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO II	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO III	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO IV	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO V	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
MEL II	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
ARIZONA I	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ I	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ II	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ III	(m)	30/09/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	30/09/13	-	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	-	-	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	30/09/13	198.693	-	50,00	-	-	-
		30/09/12	198.693	-	50,00	-	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá III é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia

será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato

de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

Em 14 de maio de 2013 foi firmado junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, um acordo de compra e venda de ações onde a Neoenergia se compromete a alienar a totalidade das ações que detém da Termoaçu pelo montante de R$ 146,5 milhões. Há previsão de liquidação financeira do montante para fevereiro de 2014, parcela essa, que será corrigida pelo CDI até a data do vencimento. O saldo a receber dessa operação está demonstrado na nota nº16.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu,

Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado.

(l) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de

compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos da controladora:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Redução de capital / Venda de participação	Resultado abrangente	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de setembro de 2013
NEOINVEST.	10.668	2.370	-	-	(4.286)	-	-	8.752
COELBA	2.441.464	-	-	6.605	381.432	(24.947)	(2.992)	2.801.562
CELPE	1.675.925	-	-	(459)	57.828	(25.622)	(11.208)	1.696.464
COSERN	791.011	-	-	(354)	130.577	(10.907)	-	910.327
ITAPEBI	190.984	-	(33.600)	-	42.101	(1.763)	(34.866)	162.856
TERMOPE	426.627	-	-	-	22.533	(2.594)	-	446.566
BAGUARI I	91.230	-	-	-	8.355	-	-	99.585
GOIAS SUL	195.390	-	(750)	-	5.217	-	(5.672)	194.185
GERAÇÃO CIII	165.430	-	-	-	11.851	-	-	177.281
RIO PCH I	95.980	-	-	-	6.125	-	(6.159)	95.946
BAHIA PCH I	121.728	-	-	-	9.173	-	(10.451)	120.450
SE NARANDIBA	45.024	4.330	-	-	4.842	-	(2.734)	51.462
AGUAS DA PEDRA	185.449	-	-	-	18.502	-	(6.081)	197.870
TERMOAÇU	172.157	-	(199.994)	26.019	1.818	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.824	167.485	-	-	70	-	-	172.379
NC ENERGIA	30.682	-	-	-	21.950	-	(22.747)	29.885
NEOSERV	14.673	-	-	-	2.844	-	(2.356)	15.161
GARTER	39	-	-	-	-	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	39.674	-	-	-	5.638	-	(8.639)	36.673
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.983	-	-	-	12.934	-	(18.981)	63.936
BELO MONTE PART.	275.139	96.030	-	-	(2.642)	-	-	368.527
ENERGY WORKS	151.951	-	-	-	12.770	(1.424)	(7.130)	156.167
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	181.172	357.499	-	-	(25.857)	-	-	512.814
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	214.272	19.930	-	-	4.845	-	(1.696)	237.351
	-			-	-	-		-
TOTAL	**7.592.354**	**647.644**	**(234.344)**	**31.811**	**728.620**	**(67.257)**	**(141.712)**	**8.557.116**

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos do consolidado:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Redução de capital e venda de participação	Provisão para perda	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de setembro de 2013
AGUAS DA PEDRA	185.449	-	-	-	-	18.502	-	(6.081)	197.870
TERMOAÇU	172.157	-	(199.994)	-	26.019	1.818	-	-	-
NORTE ENERGIA	271.463	98.459				(2.983)			366.939
ENERGÉTICA CORUMBA	22.494	-	-	-	-	1.177	-	(500)	23.171
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	181.172	357.499	-	-	-	(25.857)	-	-	512.814
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	214.272	19.930	-	-	-	4.845	-	(1.696)	237.351
TOTAL	**1.047.007**	**475.888**	**(199.994)**	**-**	**26.019**	**(2.498)**	**-**	**(8.277)**	**1.338.145**

18. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e consolidado está composto da seguinte forma:

		Controladora				
		30/09/13				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)	3,33%	28.345	(3.449)	24.896	25.744
Máquinas e equipamentos		4%	1.162	(731)	431	104
Veículos		20%	302	(116)	186	17
Móveis e utensílios		10%	322	(262)	60	83
			30.131	(4.558)	25.573	25.948
Em curso						
Terrenos			78		78	78
Máquinas e equipamentos			74		74	369
Móveis e utensílios			-		-	168
Outros			6		6	4
			158		158	619
Total			30.289	(4.558)	25.731	26.567

(a) Corresponde basicamente ao edifício sede da Controladora localizado no Rio de Janeiro.

		Consolidado				
		30/09/13				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido Reapresentado (*)
Em serviço						
Terrenos			72.097	-	72.097	71.126
Reservatórios, barragens e adutoras			967.853	(118.438)	849.415	860.023
Edificações, obras civis e benfeitorias		4%	572.672	(175.133)	397.539	409.619
Máquinas e equipamentos		5%	1.549.971	(500.964)	1.049.007	1.111.620
Veículos		20%	2.852	(1.664)	1.188	670
Móveis e utensílios		9%	3.390	(2.381)	1.009	889
Outros			2	(1)	1	-
			3.168.837	(798.581)	2.370.256	2.453.947
Em curso						
Terrenos	(b)		29.358	-	29.358	20.898
Reservatórios, barragens e adutoras			71.258	-	71.258	11.644
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)		39.852	-	39.852	5.598
Máquinas e equipamentos	(a)		93.287	-	93.287	78.237
Veículos			190	-	190	329
Móveis e utensílios			1.773	-	1.773	2.091
Material em depósito			21.290	-	21.290	21.290
Outros	(a)		120.345	-	120.345	82.042
			377.353	-	377.353	222.129
Total			3.546.190	(798.581)	2.747.609	2.676.076

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(a) Parcela do Grupo Neoenergia nos empreendimentos em construção, tais como: 50,1 % dos gastos incorridos na UHE Telespires correspondendo aproximadamente à R$ 725 milhões do montante total apresentado acima; e a 50% dos gastos incorridos na

implementação dos parques eólicos que representa R$ 228 milhões do montante total apresentado acima. Além desses existem R$ 74 milhões em gastos incorridos na reforma das turbinas da térmica Termope.

(b) Corresponde a áreas onde estão as instalações ou que foram afetadas pela implementação dos projetos em construção, tais como: UHE Telespires e diversos parques eólicos. Permaneceram em andamento até que todos os procedimentos regulatórios de incorporação ao acervo de ativos do projeto ("Unitização") sejam concluídos.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (reapresentado *)	3.125.808	(587.825)	2.537.983	109.578	109.578	2.647.561
Adições	-	-	-	129.429	129.429	129.429
Baixas	(4.673)	4.088	(585)	3.218	3.218	2.633
Depreciação	-	(103.742)	(103.742)	-	-	(103.742)
Transferências	64.723	(44.432)	20.291	(20.096)	(20.096)	195
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado *)	3.185.858	(731.911)	2.453.947	222.129	222.129	2.676.076
Adições	-	-	-	166.976	166.976	166.976
Baixas	(28.773)	9.855	(18.918)	-	-	(18.918)
Depreciação	-	(76.525)	(76.525)	-	-	(76.525)
Transferências	11.752	-	11.752	(11.752)	(11.752)	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	3.168.837	(798.581)	2.370.256	377.353	377.353	2.747.609

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

19. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, respectivamente, além da Afluente T, Narandiba e Afluente G, todas essas Concessionárias e Operadoras

regidas por contratos. Eles regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

<u>Distribuidoras:</u>

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

<u>Transmissoras:</u>

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são

mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Nas Distribuidoras:

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Nas Transmissoras:

(a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

		Consolidado	
	Ref	30/09/13	31/12/12
Recebíveis	(1)	119.980	97.790
Indenização	(2)	2.100.104	2.018.575
Total		2.220.084	2.116.365
Circulante		38.549	34.699
Não circulante		2.181.535	2.081.666

(1) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno dos projetos de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela residual de valores de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref.	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (Reapresentado*)		837.294
Adições		15.944
Baixas	(a)	(67.426)
Amortização/reversão	(e)	(31.743)
Transferências	(c)	1.239.702
Remuneração recebíveis das transmissoras	(d)	29.276
Atualização monetária / valor justo	(f)	93.318
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado*)		2.116.365
Adições		21.129
Baixas		(7.600)
Amortização/reversão	(e)	(13.151)
Transferências	(b)/(c)	10.544
Remuneração recebíveis das transmissoras	(d)	23.907
Atualização monetária / valor justo	(f)	68.890
Saldos em 30 de setembro de 2013		2.220.084
Circulante		38.549
Não circulante		2.181.535

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

(a) Conforme mencionado na Nota 7, item “c”, em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica as Controladas de Distribuição do Grupo Neoenergia realizaram uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificaram itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procederam ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos conforme CPC 23 – Retificação de Erro.

(b) Redistribuição da infraestrutura de distribuição das Controladas que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir dos Laudos da Base de Remuneração Regulatória do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, encerrado nas empresas em abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

(c) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(d) Remuneração dada pela aplicação da taxa interna de retorno dos projetos de transmissão sobre os recebíveis de concessão das empresas Afluente T e Narandiba.

(e) Parcela repassada pelo concedente através da TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) dos recebíveis das transmissoras pela construção dos ativos de transmissão (RAP parcela A).

(f) Atualização do ativo financeiro das distribuidoras.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas têm prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão prevêem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

20. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		Controladora				
		30/09/2013				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso de software		4%	431	(267)	164	189
Outros	(a)		48.457	(5.244)	43.213	44.644
			48.888	(5.511)	43.377	44.833
Em curso						
Outros			619		619	841
			619		619	841
Total			49.507	(5.511)	43.996	45.674

(a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

	Consolidado					
	30/09/13					31/12/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	(Reapresentado*) Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	10.731.463	(4.465.753)	(400.102)	5.865.608	5.620.615
Direito de uso de software	19,61	2.319	(1.730)	-	589	716
Outros		494	(2)	-	492	379
		10.734.276	(4.467.485)	(400.102)	5.866.689	5.621.710
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.329.210	-	(35.391)	1.293.819	956.688
Direito de uso de software		2.220	-	-	2.220	911
Outros		629	-	-	629	1.946
		1.332.059	-	(35.391)	1.296.668	959.545
Total		12.066.335	(4.467.485)	(435.493)	7.163.357	6.581.255

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do ativo intangível consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (Reapresentado*)	9.898.279	(3.649.832)	(565.723)	5.682.724	898.223	90.858	989.081	6.671.805
Adições	-	-	-	-	2.098.343	(247.692)	1.850.651	1.850.651
Baixas	(388.949)	281.695	513	(106.741)	(16.037)	-	(16.037)	(122.778)
Amortização	-	(639.030)	101.687	(537.343)	-	-	-	(537.343)
Transferências - intangiveis	1.467.170	-	(92.937)	1.374.233	(1.467.170)	92.937	(1.374.233)	-
Transferências - ativos financeiros	(861.078)	-	118.394	(742.684)	(586.573)	88.842	(497.731)	(1.240.415)
Transferências - outros	5.728	(54.595)	388	(48.479)	(3.397)	11.211	7.814	(40.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado*)	10.121.150	(4.061.762)	(437.678)	5.621.710	923.389	36.156	959.545	6.581.255
Adições	-	-	-	-	1.184.757	(173.446)	1.011.311	1.011.311
Baixas	(72.128)	52.056	-	(20.072)	(8.566)	-	(8.566)	(28.638)
Amortização	-	(503.344)	81.284	(422.060)	-	-	-	(422.060)
Transferências - intangiveis	401.224	44.320	(54.623)	390.921	(445.459)	54.623	(390.836)	85
Transferências - ativos financeiros	270.446	-	-	270.446	(327.184)	46.193	(280.991)	(10.545)
Transferências - outros	13.584	1.245	10.915	25.744	5.122	1.083	6.205	31.949
Saldos em 30 de setembro de 2013	10.734.276	(4.467.485)	(400.102)	5.866.689	1.332.059	(35.391)	1.296.668	7.163.357

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 19).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como

indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide nota explicativa nº 18 e 19), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de Uso de Bem Público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital (“Weighted Average Cost Of Capital – WACC”) na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período. O montante original do direito reconhecido no intangível das geradoras é de R$ 11.960 mil. Desse valore já foram amortizados o montante até setembro de 2013 de R$ 2.445 mil. O valor correspondente ao passivo está demonstrado na peça de balanço e somam o montante de R$ 25.388 em setembro de 2013.

21. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
				Reapresentado (*)
Energia elétrica	-	-	532.025	666.530
Encargos de uso da rede	-	-	39.545	100.531
Materiais e serviços	1.975	2.078	282.054	283.268
Energia livre	-	-	67.369	63.715
Total	1.975	2.078	920.993	1.114.044
Circulante	1.975	2.078	853.473	1.050.328
Não circulante	-	-	67.520	63.716

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 43739912010401340 0/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/09/13	31/12/12
							Reapresentado(*)
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	-	-	-	-	-	10.979
		-	-	-	-	-	10.979
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.401	-	78.487	270.208	350.096	430.760
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(855)	(1.280)	(2.135)	(2.675)
		1.401	-	77.632	268.928	347.961	428.085
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	193	-	26.884	47.048	74.125	94.195
(-) Custos de transação		-	-	(77)	(54)	(131)	(210)
		193	-	26.807	46.994	73.994	93.985
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	677	-	21.034	232.293	254.004	269.869
	2,12% a 3,12% a.a.	677	-	21.034	232.293	254.004	269.869
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	4.731	-	334.436	1.397.033	1.736.200	1.555.593
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(73)	(216)	(289)	(45)
		4.731	-	334.363	1.396.817	1.735.911	1.555.548
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	-	-	37.359	177.647	215.006	233.685
(-) Custos de transação		-	-	(277)	(1.066)	(1.343)	(1.304)
		-	-	37.082	176.581	213.663	232.381
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	224	-	21.852	83.312	105.388	107.285
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(236)	(374)	(610)	(648)
		224	-	21.616	82.938	104.778	106.637
Santander		-	-	-	-	-	88.317
		-	-	-	-	-	88.317
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	117.678	-	254.884	338.431	710.993	699.381
(-) Custos de transação	1% a.a. / 99,5% CDI	-	-	(1.401)	(649)	(2.050)	(3.109)
Operações com swap		-	-	(32.877)	-	(32.877)	(36.155)
		117.678	-	220.606	337.782	676.066	660.117
Banco do Brasil	98,5 % CDI	63.247	-	208.973	-	272.220	356.720
(-) Custos de transação		-	-	(552)	-	(552)	(2.522)
Operações com swap		-	-	(7.112)	-	(7.112)	(7.821)
		63.247	-	201.309	-	264.556	346.377
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	19.975	-	-	400.000	419.975	408.225
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(1.375)	(2.240)	(2.877)
		19.975	-	(865)	398.625	417.735	405.348
FINEP	4% a.a.	26	-	2.639	13.460	16.125	9.259
		-	-	(47)	(90)	(137)	(92)
		-	-	-	-	-	-
		26	-	2.592	13.370	15.988	9.167
BNDES FINEM / FINAME 8		194	-	-	69.000	69.194	-
		194	-	-	69.000	69.194	-
Outros	TR +1,6% a.a. /TR + 2,1 % /	-	-	10	-	10	17
	5,5% a.a.	-	-	10	-	10	17
Total moeda nacional		**208.346**	**-**	**942.186**	**3.023.328**	**4.173.860**	**4.206.827**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	53	-	1.520	4.039	5.612	5.788
Operações com swap		-	-	(106)	(890)	(996)	(781)
		53	-	1.414	3.149	4.616	5.007
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a 106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	2.006	-	115.429	219.972	337.407	310.745
Operações com swap		-	-	(3.379)	(42.842)	(46.221)	(27.489)
		2.006	-	112.050	177.130	291.186	283.256
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	518	-	8.564	451.609	460.691	420.549
(-) Custos de transação		-	-	(115)	(53)	(168)	-
Operações com swap		-	-	23.594	(61.460)	(37.866)	2.138
		518	-	32.043	390.096	422.657	422.687
Banco Tokio	110% CDI	488	-	1.181	235.383	237.052	216.145
Operações com swap		-	-	8.603	(11.299)	(2.696)	7.918
		488	-	9.784	224.084	234.356	224.063
Total moeda estrangeira		**3.065**	**-**	**155.291**	**794.459**	**952.815**	**935.013**
(-) Depósitos em garantia		-	-	-	(104.075)	(104.075)	(128.228)
Total		**211.411**	**-**	**1.097.477**	**3.713.712**	**5.022.600**	**5.013.612**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos no exercício:

Segue as principais:

Coelba
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R$ 151.605 para financiamento de investimentos realizados em 2013, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

Eletrobrás – A Companhia recebeu R$ 12.206 para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR, provenientes do Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche), assinado em janeiro de 2012 e aditado em agosto de 2013.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP - A Companhia recebeu R$ 10.966 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em fevereiro de 2012.

Celpe
Companhia recebeu o volume de R$ 43.200 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012. A Companhia recebeu ainda o valor de R$ 69.000, referente ao financiamento de parte dos investimentos de 2013, proveniente do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP A Companhia recebeu R$ 6.855 da FINEP, em agosto de 2013, para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em novembro de 2011. O contrato tem vencimento em dezembro de 2018, será amortizado em 61 parcelas mensais a partir de dezembro de 2013, com custo de 4% a.a. e juros pagos mensalmente.

Eletrobrás - A Companhia recebeu R$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Cosern
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu nos meses de julho e agosto de 2013 o montante de R$ 37.635 para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 13.2.0294.1, assinado em 29 de maio de 2013 e aditado em 27 de junho de 2013.

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP – A Companhia recebeu o montante de R$ 2.373 para financiar Projetos de Inovação, provenientes dos Contratos de Financiamentos assinados respectivamente em outubro de 2009 e setembro de 2012.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os títulos externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de setembro de 2013 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/13			31/12/12		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2014	229.894	(887)	229.007	1.180.461	(4.243)	1.176.218
2015	928.315	(2.258)	926.057	961.054	(2.246)	958.808
2016	917.907	(995)	916.912	832.279	(874)	831.405
2017	874.505	(439)	874.066	785.602	(352)	785.250
2018	439.012	(213)	438.799	292.262	(154)	292.108
Após 2018	433.221	(275)	432.946	410.960	(212)	410.748
Total obrigações	3.822.854	(5.067)	3.817.787	4.462.618	(8.081)	4.454.537
(-) Depósitos em Garantias			(104.075)			(121.109)
Total			3.713.712			4.333.428

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012 (Reapresentado*)	586.985	3.383.205	31.124	272.510	4.273.824
Ingressos	107.047	519.129	-	639.505	1.265.681
Encargos	329.100	22.471	11.215	-	362.786
Variação monetária e cambial	-	-	634	18.526	19.160
Swap	-	(13.956)	7.441	(7.268)	(13.783)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(138)	(357)	(6.620)	(7.115)
Transferências	518.586	(525.607)	33.618	(33.618)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(913.525)	(11)	(31.697)	-	(945.233)
Mov. depósitos em Garantias	(7.118)	64.409	-	-	57.291
(-) Custos de transação	7.131	891	-	-	8.022
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado*)	628.206	3.450.393	51.978	883.035	5.013.612
Ingressos	51.391	446.804	-	-	498.195
Encargos	239.344	7.269	16.409	-	263.022
Variação monetária e cambial	-	-	1.212	86.435	87.647
Swap	(9.201)	(5.640)	27.011	(70.471)	(58.301)
Efeito cumulativo marcação a mercado	325	(195)	(6.489)	5.206	(1.153)
Transferências	996.731	(996.731)	109.746	(109.746)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(767.306)	-	(41.511)	-	(808.817)
Mov. depósitos em Garantias	7.118	17.019	-	-	24.137
(-) Custos de transação	3.924	334	-	-	4.258
Saldos em 30 de setembro de 2013	1.150.532	2.919.253	158.356	794.459	5.022.600

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

23. DEBÊNTURES

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							30/09/13				31/12/12
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures (*)	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	123	6.560	-	6.683	12.595
	Operações com swap						-	15.980	-	15.980	30.719
							123	22.540	-	22.663	43.314
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		3.456	78.642	39.356	121.454	158.235
	(-) Custos de transação						-	(128)	(12)	(140)	(326)
						Não aplicável.	3.456	78.514	39.344	121.314	157.909
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)
							-	-	-	-	83.310
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI		Não aplicável	-	-	-	-	99.113
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(162)
							-	-	-	-	98.951
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI		Não aplicável	13.780	-	354.059	367.839	357.212
	(-) Custos de transação						-	(306)	(467)	(773)	(1.015)
							13.780	(306)	353.592	367.066	356.197
COSERN	4ª Emissão	Única	-	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	1.560	35.882	17.957	55.399	71.885
	(-) Custos de transação						-	(94)	(9)	(103)	(245)
							1.560	35.788	17.948	55.296	71.640
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	735	127.800	11.200	139.735	220.879
	(-) Custos de transação						-	(481)	(42)	(523)	(829)
							735	127.319	11.158	139.212	220.050
TERMOPE	1ª Emissão	3ª		IGPM+9,5%			734	-	90.000	90.734	-
	(-) Custos de transação						-	-	(249)	(249)	-
							734	-	89.751	90.485	-
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			6.410	-	191.673	198.083	190.426
	(-) Custos de transação						(157)	-	(242)	(399)	(520)
						Não aplicável	6.253	-	191.431	197.684	189.906
Total							26.641	263.855	703.224	993.720	1.221.277

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

a) Captações de recursos no exercício:

Termopernambuco
Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia registrou em série única a emissão de 9.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. O valor nominal unitário é de R$ 10, totalizando o volume de R$ 90.000. A remuneração é realizada por CDI + 0,57% ao ano e será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de agosto de 2013 e o último no dia 28 de agosto de 2016. Adicionalmente, a valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, semestrais e consecutivas, após o período de carência de 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 28 de agosto de 2015 e a segunda parcela paga na Data do Vencimento. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado financeiro maior ou igual a 2.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de setembro de 2013 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2012, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2014	68.513	(141)	68.372	246.411	(1.054)	245.357
2015	262.897	(469)	262.428	215.988	(374)	215.614
2016	262.897	(344)	262.553	215.988	(188)	215.800
2017	109.938	(67)	109.871	107.984	(29)	107.955
Total	704.245	(1.021)	703.224	786.371	(1.645)	784.726

d) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012 (Reapresentado*)	436.619	1.203.763	1.640.382
Encargos	128.464	-	128.464
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	423.301	(423.301)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(551.866)	-	(551.866)
(-) Custos de transação	(3.249)	673	(2.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado*)	436.551	784.726	1.221.277
Ingressos	-	90.000	90.000
Encargos	64.796	-	64.796
Variação monetária e cambial	575	(45)	530
Swap	1.785	483	2.268
Efeito cumulativo marcação a mercado	(143)	(3)	(146)
Transferências	172.481	(172.481)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(390.885)	-	(390.885)
(-) Custos de transação	5.336	544	5.880
Saldos em 30 de setembro de 2013	290.496	703.224	993.720

(*) Reapresentação conforme descrito na nota nº 7.

24. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Salários	10.534	16.478
Encargos sociais	11.624	9.169
Provisões férias e 13° salário	47.091	29.093
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	10.620	9.418
Provisão PLR	21.007	27.922
Outros	1.465	995
Total	102.341	93.075

25. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

		Consolidado	
	Ref.	30/09/13	31/12/12
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	180	88
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	22.592
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.746	6.253
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.134	5.009
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		597	854
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	60.310	76.507
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	25.773	30.131
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.551	1.642
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		509	1.977
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	4.753
Ministério de Minas e Energia - MME		904	1.004
Total		99.507	150.810
Passivo circulante		55.748	97.681
Passivo não circulante		43.759	53.129

(a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Em 27 de março de 2013, através do despacho nº 913, a ANEEL fixou os valores correspondentes à última quota de RGR e estabeleceu o recolhimento em parcela única em abril de 2013.

(b) A Coelba, Celpe, Cosern e as Geradoras, conforme cada caso inerente a atividade, reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquidos dos valores aplicados mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

26. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Circulante				
Imposto de Renda - IR	4.415	16.657	91.706	52.839
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	1.637	1.637	59.042	26.465
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	10	11	151.472	159.943
Programa de Integração Social - PIS	12	2.520	11.736	19.056
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	56	11.607	52.814	88.847
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	102	226	7.829	9.617
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1	1	2.121	2.570
IOF	124	124	124	124
Imposto sobre Serviços - ISS	-	10	3.052	3.608
Parcelamento de Tributos	53	65	53	70
Impostos e contribuições retidos na fonte	186	-	15.802	16.612
Outros	-	-	11.435	12.563
	6.596	32.858	407.186	392.314
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	5.621
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	5.065	3.854
Programa de Integração Social - PIS	-	-	320	309
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	445	435
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	142	-
	-	-	11.593	10.219
Total	6.596	32.858	418.779	402.533

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 12).

27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e em Assembléias de Acionistas foram aprovadas as declarações de juros sobre capital e dividendos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2013			
RCA de 18 de abril de 2013	JSCP	43.449	0,007426372
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	14.598	0,002494976
RCA de 28 de junho de 2013	JSCP	48.159	0,008231387
AGE de 24 julho de 2013	Dividendos	2.050.000	0,350389245
RCA de 22 de agosto de 2013	Dividendos	150.568	0,025734917
		2.306.774	
2012			
RCA de março de 2012	JSCP	78.985	0,013500242
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	194.023	0,033162719
RCA de 29 de junho de 2012	JSCP	56.893	0,009724242
RCA de 31 de agosto de 2012	Dividendos	249.600	0,042662027
RCA de 28 de setembro de 2012	JSCP	45.781	0,007825037
		625.282	

A formação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

		Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2012		142.937
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	Ref.	
Declarados	(a)	2.306.774
Pagos no período	(b)	(2.449.711)
Saldos em 30 de setembro de 2013		-

(a) Conforme composição dos valores declarados no quadro anterior

(b) Segue composição total de proventos pagos ou creditados aos acionistas no ano de 2013:

Deliberação	Valor pago ou creditado	Posição acionária de:	Pagos ou creditados a partir de:
JSCP 4º Trim 2012 (*)	142.937	28 de dezembro de 2012	03 de abril de 2013
JSCP 1º Trim 2013 (**)	43.449	26 de abril de 2013	29 de maio de 2013
Dividendos adicionais propostos de 2012	14.598	02 de maio de 2013	15 de maio de 2013
JSCP 2º Trim 2013 (**)	48.159	28 de junho de 2013	04 de setembro de 2013
Dividendos - Reserva de Retenção de Lucros em 2013 (***)	2.050.000	25 de julho de 2013	01 de agosto de 2013
Dividendos intermediários do ano de 2013	150.568	23 de agosto de 2013	11 de setembro de 2013
	2.449.711		

(*) Valor líquido do IRRF.
(**) O valor contempla IRRF recolhido ainda no período.
(***) Dividendos deliberado mediante a destinação do excesso de Reserva de Retenção de Lucro.

28. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	136.000	114.223	109.294	17.787	14.284	391.588
Constituição	32.203	60.286	1.819	-	259	94.567
Baixas/reversão	(42.003)	(56.512)	(1.462)	-	(2.759)	(102.736)
Atualização	19.988	19.615	5.419	2.376	197	47.595
Saldos em 30 de setembro de 2013	146.188	137.612	115.070	20.163	11.981	431.014

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e

também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/13	Valor provisionado 31/12/12
Ex-empregados da companhia		66.449	1ª, 2ª e 3ª	Provável	66.449	57.434
		239.208	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		67.798	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras		61.780	1ª, 2ª e 3ª	Provável	61.780	62.211
		292.701	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		45.964	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		17.959	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.959	16.355
		30.527	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.751	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		836.188			146.188	136.000

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/13	Valor provisionado 31/12/12
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	25.463	1ª, 2ª e 3ª	Provável	25.463	17.295
		3.040	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.749	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	67.398	1ª, 2ª e 3ª	Provável	67.398	60.525
		886.282	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.919	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	1.606	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.606	9.681
		84.320	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		7.709	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	156	1ª, 2ª e 3ª	Provável	156	6.225
		94.542	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.884	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(e)	10.078	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.078	8.690
		95.594	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.715	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		5.966	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		82	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.245	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.764	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	(f)	3.236	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.236	2.090
		7.346	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		506	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações	(g)	845	1ª, 2ª e 3ª	Provável	845	753
		1.401	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		18	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18	17
		2.552	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Cooperativas	(h)	408.198	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Desapropriação	(i)	8.153	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.153	5.565
Outras	(j)	20.659	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20.659	3.348
		177.020	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		39.836	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.997.137			137.612	114.223

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) Negativação SPC e Serasa - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.

(f) Irregularidade de consumo – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

(g) *Societário ações* - Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações.

(h) *Cooperativas* - Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.

(i) Desapropriação - Questionamentos às geradoras do Grupo referentes aos processos de desapropriação de terras para construção de barragens das usinas hidroelétricas.

(j) *Outras* - Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/13	Valor provisionado 31/12/12
ICMS	(a)	987	1ª, 2ª e 3ª	Provável	987	1.015
		288.545	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		27	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.642	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.642	2.571
		41.287	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		20.221	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
	(c)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
CPMF		3.161	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.068	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	189
		97.624	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.684	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(d)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		3.495	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.737	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(e)	18.987	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	95.647	1ª, 2ª e 3ª	Provável	95.647	91.331
		56.300	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	441	1ª, 2ª e 3ª	Provável	441	449
		27.472	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		24.100	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ / IRRF	(h)	1.035	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.035	503
		1.343.480	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		26.672	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(i)	8.853	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.853	9.217
		1.116	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		59	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	3.492	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	5.321	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		7.513	Administrativa	Possível	-	-
		4.509	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.096	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(m)	5.277	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.277	4.015
		78.299	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.824	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.192.159			115.070	109.294

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) *ICMS* - Na Cosern referem-se à diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que

a maior parte dos valores cobrados já se encontra prescrita. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.

Na Celpe refere-se à (i) auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010 e 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa; (iii) auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999; (iv) auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração; e (vii) auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

Na Coelba, refere-se à (i) auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível; (ii) auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível; (iii) auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível; e (iv) auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA, aplicando multas pela falta de cumprimento de obrigação acessória. Baseadas no art. 42, inciso IX da lei 7.014/96, pela falta de escrituração das notas fiscais de entrada. A

companhia protocolou defesa administrativa anexando documentações que evidencia a alegação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) *ISS* – Na Coelba refere-se à autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) *CSLL* – Na Coelba, refere-se ao auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes. Na Cosern refere-se à auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.

(d) *IPTU* – Na Coelba refere-se à demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) *REFIS* – Na Coelba refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS – Coelba - correspondem ao (i) auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível; e (ii) indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação

restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g) COFINS – Na Coelba refere-se à (i) auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível; e (ii) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação. Na Cosern refere-se à auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.

(h) IRPJ/IRRF- Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(i) INSS – Na Coelba corresponde à Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços. Na Cosern refere-se à ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingida pela decadência. Contudo, os consultores legais da Companhia entendem que a outra parte dos valores

cobrados pode ser devida e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

(j) ITD – Na Coelba refere-se à Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE – Na Coelba refere-se à (i) auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da respectiva contribuição. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível; e (ii) Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(l) Incentivo Fiscal Sudene – Na Coelba corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(m) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/13	Valor provisionado 31/12/12
Licença ambiental		11.981	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.981	14.284
		17.910	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		29.891			11.981	14.284

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 10.208 e encontra-se registrado contabilmente.

Regulatória

Contingência regulatório	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/13	Valor provisionado 31/12/12
Auto de Infração ANEEL	(a)	20.163	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20.163	17.787
	(b)/(c)	17.689	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		37.852			20.163	17.787

(a) Na Coelba refere-se à termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL.

(b) Na Coelba refere-se à termos de Notificação referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos elétricos por oscilações no sistema de distribuição e operação e manutenção do sistema de distribuição.

(c) Termo de notificação referente a fiscalização técnica realizada pela ANEEL em 2012, abordando, principalmente, operação e manutenção no sistema de distribuição. A Companhia impetrou, em 09/09/2013 com recurso administrativo na ANEEL, juntamente com Pedido de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

29. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Ref	Consolidado 30/09/13	Consolidado 31/12/12
Consumidores	(a)	53.463	62.639
Empregados - adiantamento acordo coletivo		31	34
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	-	10.497
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		8.078	8.997
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		317	256
Caução em garantia	(c)	135.937	114.234
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.812	1.807
Taxa iluminação pública - TIP	(d)	3.642	8.590
Adiantamentos recebidos	(e)	47.907	44.430
Devolução recursos - ELETROBRÁS		-	-
Cooperativas - Aquisição de ativos	(f)	53.477	73.318
Adiantamentos Subvenção CDE	(g)	35.970	-
Outras		16.915	17.543
Total		**358.178**	**342.974**
Circulante		321.127	272.042
Não circulante		37.051	70.932

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL atreves da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

(g) Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº. 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reservas de lucros

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado dos nove meses, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2013, os valores de R$ 89.887, R$ 12.661, R$38.588, R$ - e R$ 1.908 (R$ 119.391, R$ -19, R$ 39.598, R$ 31.583 e R$ - em 30 de setembro de 2012, respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no lucro da exploração. Em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins de cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de setembro de 2013, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 4.102.538 (R$ 6.152.537 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

31. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

		Controladora			
		Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
	Ref.	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Outras receitas	(d)	580	874	2.487	2.555
Total receita bruta		580	874	2.487	2.555
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(53)	(81)	(258)	(236)
Total receita operacional líquida		527	793	2.229	2.319

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
	Ref.	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Fornecimento de energia elétrica	(a)	1.461.906	1.493.529	4.203.639	4.425.209
Receita de distribuição, geração e comercialização		1.389.054	1.405.400	3.961.776	4.163.597
Remuneração financeira wacc		72.852	88.129	241.863	261.612
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	70.261	77.581	110.143	109.476
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.451.305	1.794.400	4.980.795	5.613.913
Receita de distribuição		1.436.999	1.767.473	4.924.914	5.541.938
Remuneração financeira wacc		14.306	26.927	55.881	71.975
Receita de concessão		8.080	7.865	23.906	23.057
Receita de construção da infraestrutura da concessão		350.227	540.329	1.114.858	1.291.251
Outras receitas	(d)	80.618	49.312	282.771	131.339
Total receita bruta		3.422.397	3.963.016	10.716.112	11.594.245
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(890.539)	(1.085.850)	(2.830.208)	(3.393.525)
Total		2.531.858	2.877.166	7.885.904	8.200.720

(a) Fornecimento de energia - A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
						Períodos de nove meses findos em
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.640.448	8.324.876	9.283.974	8.337.252	3.488.943	3.777.216
Industrial	36.475	37.416	3.352.406	3.739.829	952.402	1.292.045
Comercial	608.431	590.257	4.662.280	4.426.694	1.919.016	2.170.806
Rural	435.281	432.715	1.896.320	1.792.575	352.115	397.761
Poder público	81.084	80.773	1.194.366	1.101.564	440.344	498.938
Iluminação pública	27.709	27.173	1.079.235	1.007.732	211.856	234.974
Serviço público	14.925	14.086	1.294.497	1.269.398	281.408	360.290
Consumo próprio	768	742	24.600	25.345	-	-
Suprimento	138	137	6.552.462	6.264.448	681.478	577.622
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(94.815)	(2.999)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(4.724.880)	(5.314.285)
	9.845.259	9.508.175	29.340.140	27.964.837	3.507.867	3.992.368
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	695.772	432.841
Total	9.845.259	9.508.175	29.340.140	27.964.837	4.203.639	4.425.209

	Consolidado					
						Períodos de três meses findos em
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.640.448	8.324.876	2.984.227	2.647.047	1.052.696	1.201.525
Industrial	36.475	37.416	1.166.974	1.218.853	323.135	436.504
Comercial	608.431	590.257	1.480.117	1.388.931	588.538	701.607
Rural	435.281	432.715	644.530	627.476	114.243	140.914
Poder público	81.084	80.773	391.282	350.376	137.371	165.002
Iluminação pública	27.709	27.173	373.540	338.933	71.870	79.990
Serviço público	14.925	14.086	434.238	420.948	92.458	125.300
Consumo próprio	768	742	7.791	8.928	-	-
Suprimento	138	137	2.192.394	2.086.595	261.574	198.233
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(36.825)	(12.291)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(1.378.301)	(1.689.642)
	9.845.259	9.508.175	9.675.093	9.088.087	1.226.759	1.347.142
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	235.147	146.387
Total	9.845.259	9.508.175	9.675.093	9.088.087	1.461.906	1.493.529

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE - Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição - A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos em	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Tarifa de uso do sistema elétrico de distribuição		-	-	-	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		73.003	104.758	255.915	299.628
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	1.378.302	1.689.642	4.724.880	5.314.285
Total		1.451.305	1.794.400	4.980.795	5.613.913

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	20.431	8.199	35.941	17.862
Arrendamentos e aluguéis	15.461	16.260	45.512	45.682
Serviço taxado	5.199	6.066	14.996	15.326
Taxa de iluminação pública	3.713	4.092	11.986	12.280
Administração de faturas de fraudes	663	(2.768)	1.437	(6.783)
Comissão serviços de terceiros	699	992	2.853	3.043
Multa infração consumidor	1.150	376	5.458	5.990
Ressarcimento Comercialização de Energia	17.600	-	125.024	-
Fornecimento de vapor	13.556	11.959	36.978	32.977
Outras receitas	2.146	4.136	2.586	4.962
Total	80.618	49.312	282.771	131.339

(e) Deduções da receita bruta - As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
Deduções da receita bruta	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Impostos:				
ICMS	(552.035)	(633.685)	(1.769.790)	(1.947.761)
PIS	(54.323)	(56.191)	(166.571)	(173.247)
COFINS	(250.926)	(257.954)	(767.048)	(797.242)
ISS	(2.156)	(2.573)	(6.163)	(7.269)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.339)	(33.099)	(10.176)	(94.376)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(3.390)	(18.886)	(15.898)	(56.619)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(53.555)	(16.783)	(222.865)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.325)	(9.682)	(28.279)	(33.688)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.730)	(3.870)	(12.302)	(11.758)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.864)	(1.935)	(6.151)	(5.879)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.089)	(6.617)	(21.063)	(19.589)
Encargos do consumidor - PROINFA	(3.362)	(1.237)	(9.744)	(3.318)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	-	(5.806)	(240)	(17.635)
Ministério de Minas e Energia - MME	-	(760)	-	(2.279)
Total	(890.539)	(1.085.850)	(2.830.208)	(3.393.525)

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Período acumulado de nove meses findos em	
		30/09/13	30/09/12
	Ref.	Despesas gerais e administrativas	
Pessoal		(1.499)	(1.428)
Administradores		(1.366)	(4.823)
Entidade de previdência privada		(57)	(175)
Material		(40)	(25)
Serviços de terceiros		(5.526)	(2.929)
Amortização		(2.378)	(2.403)
Arrendamentos e aluguéis		(417)	(102)
Tributos		(287)	(59)
Provisões líquidas - contingências		-	88
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	(a)	(54.001)	-
Outros		(1.015)	(2.015)
Total custos / despesas		(66.586)	(13.871)

(a) Resultado líquido da venda de participação da Termoaçu para Petrobras (Vide nota nº 17, item “g” e movimentação de investimento)

	Consolidado				
	Períodos de nove meses findos em				
	30/09/13				30/09/12
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(173.246)	(77.857)	(151.275)	(402.378)	(352.527)
Administradores	-	-	(8.649)	(8.649)	(10.391)
Entidade de previdência privada	(8.754)	(3.182)	(8.874)	(20.810)	(17.597)
Material	(32.509)	(1.376)	(1.327)	(35.212)	(21.073)
Combustível para produção de energia	(213.364)	-	-	(213.364)	(155.833)
Serviços de terceiros	(352.669)	(212.382)	(146.418)	(711.469)	(622.743)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(14.897)	-	-	(14.897)	(15.393)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(4.358)	-	-	(4.358)	(5.361)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.157.193)	-	-	(3.157.193)	(2.920.647)
Encargos de uso de rede	(224.010)	-	-	(224.010)	(442.771)
Depreciação e amortização	(354.167)	(55.907)	(26.021)	(436.095)	(443.041)
Arrendamentos e alugueis	(4.125)	(850)	(5.761)	(10.736)	(9.666)
Tributos	(2.077)	(2.065)	(3.827)	(7.969)	(6.397)
Provisões líquidas - PCLD	(986)	(73.824)	-	(74.810)	(295.540)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(59.553)	-	(59.553)	(126.563)
Provisões líquidas - contingências	-	-	13.122	13.122	(13.409)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(1.114.857)	-	-	(1.114.857)	(1.291.251)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(69.584)	(69.584)	(9.716)
Outros	(14.375)	(7.697)	(70.574)	(92.646)	(60.871)
Total custos / despesas	(5.671.587)	(494.693)	(479.188)	(6.645.468)	(6.820.790)

	Consolidado				
	Períodos de três meses findos em				
	30/09/13				30/09/12
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(61.155)	(24.725)	(56.747)	(142.627)	(124.573)
Administradores	-	-	(2.446)	(2.446)	(5.019)
Entidade de previdência privada	(2.633)	(1.554)	(3.043)	(7.230)	(7.446)
Material	(15.505)	(475)	(713)	(16.693)	(8.116)
Combustível para produção de energia	(75.129)	-	-	(75.129)	(47.889)
Serviços de terceiros	(129.865)	(71.980)	(51.259)	(253.104)	(236.826)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(4.892)	-	-	(4.892)	(5.243)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(882)	-	-	(882)	(1.192)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.055.690)	-	-	(1.055.690)	(997.467)
Encargos de uso do sistema transmissão	(79.023)	-	-	(79.023)	(157.280)
Depreciação e amortização	(107.976)	(16.536)	(6.608)	(131.120)	(155.608)
Arrendamentos e alugueis	(1.433)	(316)	(2.275)	(4.024)	(3.408)
Tributos	(200)	(129)	(801)	(1.130)	(1.428)
Provisões líquidas - PCLD	(986)	1.782	-	796	(75.846)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(43.850)	-	(43.850)	(50.279)
Provisões líquidas - contingências	-	-	11.489	11.489	(4.236)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(350.225)	-	-	(350.225)	(540.329)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(11.460)	(11.460)	(3.739)
Outros	3.645	(3.070)	(26.253)	(25.678)	(20.739)
Total custos / despesas	(1.881.949)	(160.853)	(150.116)	(2.192.918)	(2.446.663)

33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
Receitas Financeiras	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda de aplicações financeiras	24.776	53.795	119.841	191.358
Outras receitas financeiras	4.481	2.210	9.740	8.184
Total	29.257	56.005	129.581	199.542

	Controladora			
	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
Despesa Financeira	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Encargos de dívida	(107)	(126)	(334)	(391)
Perda acréscimos moratórios	(1.575)	(1.487)	(5.200)	(4.362)
Outras despesas financeiras	(335)	(147)	(676)	(552)
Total	(2.017)	(1.760)	(6.210)	(5.305)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
Receita Financeira	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda de aplicações financeiras	48.741	76.794	184.660	268.259
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	31.965	42.754	115.750	130.369
Variação monetária	32.763	10.653	92.711	50.166
Variação cambial	59.240	3.368	94.629	31.936
Operações swap	69.340	8.959	183.217	66.350
Receita Financeira da Concessão	35.197	(11.828)	58.329	(23.508)
Outras receitas financeiras	9.091	7.983	24.774	28.499
Total	286.337	138.683	754.070	552.071

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
Despesa financeira	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Encargos de dívida	(106.904)	(109.421)	(309.904)	(349.951)
Variação monetária	(41.873)	(29.197)	(114.697)	(100.732)
Variação cambial	(65.258)	(4.962)	(172.329)	(64.170)
Operações swap	(77.853)	(11.310)	(137.721)	(60.181)
Multas regulatórias	(8.547)	(8.151)	(38.493)	(37.886)
Perda acréscimos moratórios	(2.233)	(5.589)	(7.417)	(26.615)
Previdência Privada	(7.124)	(6.086)	(21.488)	(18.674)
Outras despesas financeiras	(4.378)	(10.638)	(32.438)	(24.562)
Total	(314.170)	(185.354)	(834.487)	(682.771)

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Controladora

			30/09/13			31/12/12		30/09/12
Empresas	Re	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	-	-	-	46.694	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	99.830	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	89	-	794	83	-	-
		Outros	-	-	-	-	46	-
			2.491	-	794	149.009	46	-
CELPE		Dividendos	-	-	-	2.338	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	1.000	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	54	-	484	66	-	-
			1.054	-	484	2.404	-	-
		Dividendos	-	-	-	12.186	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	30.547	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	117	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	18	-	162	17	-	-
			135	-	162	42.750	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos	-	-	-	1.016	-	-
			-	-	-	1.016	-	-
TERMOAÇU		Debêntures - Aplicação / Emissão	1.570	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	71	-	639	-	-	-
		Reembolso de despesa	-	-	-	343	-	-
		Outros	33.600	-	-	-	-	-
			35.241	-	639	343	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	-	-	-	9.548	-	-
		Aluguel/Comodato	-	-	-	66	-	-
			-	-	-	9.614	-	-
GERAÇÃO CIII		Dividendos	19.140	-	-	25.462	-	-
		Reembolso de despesa	-	-	196	-	-	-
			19.140	-	196	25.462	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	59.073	-	-	36.326	-	-
		Juros sobre capital próprio	510	-	-	510	-	-
		Aluguel/Comodato	-	-	316	-	-	-
			59.583	-	316	36.836	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	1.875	-	-	653	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	145	-	-
			1.875	-	-	798	-	-
GARTER	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos	7.288	-	-	9.695	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.985	-	-	6.985	-	-
			14.273	-	-	16.680	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	29.153	-	-	18.701	-	-
			29.153	-	-	18.701	-	-
BAHIA PCH II		Outros	-	-	-	2.167	-	-
			-	-	-	2.167	-	-
BAHIA PCH III		Outros	-	-	-	1.198	-	-
			-	-	-	1.198	-	-
RIO PCH I		Dividendos	15.736	-	-	9.577	-	-
		Outros	-	-	-	4	-	-
			15.736	-	-	9.581	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2.000	-	-
		Outros	-	-	-	700	-	-
			-	-	-	2.700	-	-
GOIAS SUL		Dividendos	7.562	-	-	1.891	-	-
			7.562	-	-	1.891	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	24.739	-	-
			-	-	-	24.739	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	3.645	-	-	958	-	-
			3.645	-	-	958	-	-

Controladora

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/13 Ativo	30/09/13 Passivo	30/09/13 Resultado	31/12/12 Ativo	31/12/12 Passivo	30/09/12 Resultado
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	-	-	-	2.372	-	-
			-	-	-	2.372	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	-	-	-	3.691	-	-
			-	-	-	3.691	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	34	-	-	-	-	-
			34	-	-	-	-	-
TELES PIRES PART.		Outros	-	-	-	-	10	-
			-	-	-	-	10	-
ENERGY WORKS		Dividendos	20.881	-	-	13.751	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.761	-	-
			20.881	-	-	20.512	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Dividendos	2.261	-	-	565	-	-
			2.261	-	-	565	-	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	15.772	-
			-	-	-	-	15.772	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	34.425	-
			-	-	-	-	34.425	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	51.308	-
			-	-	-	-	51.308	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	41.432	-
			-	-	-	-	41.432	-
521 Participações S.A.		Outros	-	-	-	15	-	-
			-	-	-	15	-	-

Consolidado

Empresas	Ref	Natureza de Operação	Consolidado 30/09/13 Ativo	30/09/13 Passivo	30/09/13 Resultado	31/12/12 Ativo	31/12/12 Passivo	30/09/12 Resultado
Banco do Brasil S.A.	(c)	Empréstimos e Financiamentos	7.112	177.120	(14.017)	7.821	265.067	(10.384)
		Outros	-	557	(164)	-	800	(247)
			7.112	177.677	(14.181)	7.821	265.867	(10.631)
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	19.500	-
	(d)	Aplicações financeiras	60.097	-	-	40.636	-	-
		Empréstimos e financiamentos	-	311.307	(24.913)	-	-	-
		Outros	-	28.320	-	-	-	-
			60.097	339.627	(24.913)	40.636	19.500	-
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	-	-	-	6.837
			-	-	-	-	-	6.837
Celpos	(b)	Contrato de mútuo	-	138.740	(11.961)	-	-	-
		Contribuição patronal	-	-	(1.059)	-	-	-
			-	138.740	(13.020)	-	-	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	1.558	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	41.172	-
			-	-	-	-	42.730	-
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	5.332	(45.949)	-	265	(34.023)
		Dividendos	-	-	-	-	5.966	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	65.774	-
		Outros	-	18.080	-	-	-	-
			-	23.412	(45.949)	-	72.005	(34.023)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	41.432	-
			-	-	-	-	41.432	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-
521 Participações S.A.		Outros	-	-	-	15	-	-
			-	-	-	15	-	-
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	638	(1.647)	-	492	(720)
			-	638	(1.647)	-	492	(720)
Outros não controladores		Dividendos	-	9.442	-	-	8.367	-
		Juros sobre capital próprio	-	573	-	-	1.987	-
		Adiantamento - AFAC	-	-	-	3.693	-	-
		Outros	2	-	-	-	-	-
			2	10.015	-	3.693	10.354	-

(a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(b) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência

até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(c) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(d) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os nove meses findos em 30 de setembro de 2013 é R$ 3.423 (R$ 4.830 em 30 de setembro de 2012) na controladora e no consolidado no montante de R$ 8.819 (R$ 9.452 em 30 de setembro de 2012) o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

35. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros das Companhias do Grupo seguem o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo segue a Política de Crédito que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

As Controladas e a Controladora promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias dempréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no logo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Recursos CDE – correspondem a valores a receber no curto prazo do poder concedente conforme descritos na nota explicativa nº 11. Não sofrem correção após a homologação dos valores e estão registrados ao seu custo original de reconhecimento.

- Concessão de serviços públicos (Ativos Financeiros) – recebíveis junto ao poder concedente, decorrentes de indenização contratualmente prevista. Seu valor é ajustado conforme previsão contratual conta resultado e eventuais diferenças entre o valor justo e o valor contábil apurado são ajustadas contra o patrimônio líquido em resultados abrangentes.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures.

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão do Grupo e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) - São considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em

taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

  - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, categorias, classes e o nível de mensuração do valor justo, de acordo com a CPC 40:

				Ativos (Passivos)			
				30/09/13		31/12/12	
	Categoria	**CL**	**Hierarquia**	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	(III)	Nível 2	1.073.163	1.073.163	3.770.684	3.770.684
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	(II)	Nível 2	118.442	118.442	214.379	214.379
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	Empréstimos e recebíveis	(I)		2.147.623	2.147.623	2.638.679	2.638.679
Recursos CDE	Empréstimos e recebíveis	(I)		5.426	5.426	-	-
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	Disponível para venda	(III)	Nível 2	2.220.084	2.220.084	2.116.365	2.116.365
Passivo							
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	(I)		(920.993)	(920.993)	(1.114.044)	(1.114.044)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Valor justo por meio do resultado	(III)	Nível 2	(560.158)	(560.158)	(465.107)	(465.107)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	(I)		(3.538.995)	(3.538.995)	(3.657.463)	(3.657.463)
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	(I)		(987.627)	(987.594)	(1.177.963)	(1.180.857)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	(III)	Nível 2	(1.041.395)	(1.039.611)	(966.427)	(966.879)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	(III)	Nível 2	111.855	111.841	32.071	32.071

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Classificação (CL)
(I) Custo amortizado
(II) Mantido para negociação
(III) Valor justo

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política do Grupo não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção, vigentes em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são como segue:

					Valores de Referência						
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		Efeito acumulado 30/09/13
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Coelba											
Swap											
Ativa	Bancos Santander e Citibank Merrill Lynch e BNP Paribas	11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e 102,87% do CDI	USD 150.000	USD 150.000	R$ 284.912	R$ 282.704	337.424	310.422	
Passiva									291.203	282.933	
									46.221	27.489	14.769
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 1.373	USD 2.979	R$ 4.150	R$ 9.003	6.682	12.599	
Passiva									22.662	43.319	
									(15.980)	(30.720)	(2.033)
Swap											
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	USD 50.000	R$ 104.005	R$ 104.005	107.070	96.988	
Passiva									104.375	104.305	
									2.695	(7.317)	4.886
Swap											
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 /	14/06/18	117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.	USD 200.000	USD 200.000	R$ 415.500	R$ 415.500	448.962	409.944	
Passiva									416.979	416.696	
									31.983	(6.752)	21.859
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI			R$ 100.000	R$ 100.000	149.559	143.693	
Passiva									136.140	128.936	
									13.419	14.757	(1.338)
Celpe											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	EUR 301	EUR 325	R$ 907	R$ 837	944	930	
Passiva							R$ 767	R$ 785	767	748	
									177	182	177
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	EUR 1.458	EUR 1.966	R$ 4.401	R$ 4.534	4.533	4.857	
Passiva							R$ 3.713	R$ 4.251	3.714	4.260	
									819	597	819
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a 99,5% do CDI	-	-	R$ 214.218	R$ 196.552	216.861	208.356	
Passiva							R$ 197.403	R$ 186.958	197.403	186.957	
									19.458	21.399	19.458
Cosern											
Swap											
Ativa	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. CDI - 6% a.a.	USD 9.482	USD 9.482	R$ 15.000	R$ 15.000	21.459	19.777	
Passiva									15.524	15.162	
									5.935	4.615	1.503
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI	-	-	R$ 53.000	R$ 53.000	79.266	76.157	
Passiva									72.154	68.336	
									7.112	7.821	2.639
Termopernambuco											
Swap											
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014 / USD +3,20% 2015 a 2017 110% CDI	USD 58.680	USD 58.680	R$ 131.297	R$ 120.285	R$ 129.514	121.340	
Passiva					USD 120.000	USD 120.000	R$ 121.134	R$ 120.887	R$ 121.134	120.887	
									8.380	453	7.927
									120.220	32.524	70.667

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

► Riscos financeiros

✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado

e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Coelba – Para os nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 38.144.

Celpe - Para os nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ R$ 1.690.

Cosern – Para os nove meses findos em 30 de setembro de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 3.311.

Termopernambuco - Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda estrangeira Junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110,% da taxa DI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado do Grupo, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(89.577)	(111.971)	(134.365)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	89.599	111.999	134.399
Exposição Líquida		23	28	34

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As Companhias do Grupo possuíam, em 30 de setembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado do Grupo de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	64.759	48.569	32.380
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(82.217)	(102.771)	(123.325)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(91.111)	(113.889)	(136.666)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(75.913)	(94.891)	(113.870)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(838)	(1.048)	(1.258)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo e suas controladas não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2013 o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 1.073.163, sendo R$ 962.959 em fundos exclusivos e R$ 110.204 em outros ativos, além de R$ 113.389 de aplicações de curto e longo prazo em títulos e valores mobiliários.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações das Companhias do Grupo, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	30/09/2013			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	853.473			
Empréstimos e Financiamentos	1.308.888			
Debêntures	275.682			
Instrumentos Derivativos	14.814			
Não Circulante				
Fornecedores		67.520		
Empréstimos e Financiamentos		1.054.134	2.231.424	433.221
Debêntures		331.410	372.835	
Instrumentos Derivativos		(1.021)		

► Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
RECEITA LÍQUIDA	7.204.029	7.671.624	1.003.350	899.254	26.597	20.061	557.516	447.071	21.875	20.812	(927.463)	(858.102)	7.885.904	8.200.720
CUSTO DO SERVIÇO	(5.382.283)	(5.544.328)	(664.042)	(548.241)	(10.863)	(5.497)	(527.130)	(409.053)	(14.732)	(13.981)	927.463	858.105	(5.671.587)	(5.662.995)
LUCRO BRUTO	**1.821.746**	**2.127.296**	**339.308**	**351.013**	**15.734**	**14.564**	**30.386**	**38.018**	**7.143**	**6.831**	**-**	**3**	**2.214.317**	**2.537.725**
Despesas com vendas	(493.876)	(788.489)	-	-	(817)	-	-	-	-	-	-	(7)	(494.693)	(788.496)
Despesas gerais e administrativas	(384.668)	(328.798)	(23.797)	(24.513)	(413)	(778)	-	(114)	(71.215)	(16.447)	905	1.351	(479.188)	(369.299)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.057	2.296	-	-	292	2.852	728.594	727.399	(733.441)	(725.706)	(2.498)	6.841
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	(873)	(873)	-	-	-	-	(67.257)	(72.624)	-	-	(68.130)	(73.497)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**943.202**	**1.010.009**	**316.695**	**327.923**	**14.504**	**13.786**	**30.678**	**40.756**	**597.265**	**645.159**	**(732.536)**	**(724.359)**	**1.169.808**	**1.313.274**
Receita financeira	594.885	311.202	23.514	32.725	1.961	2.351	3.256	6.133	130.454	200.011	-	(351)	754.070	552.071
Despesa financeira	(750.954)	(578.050)	(76.657)	(95.153)	(276)	(263)	(803)	(3.652)	(6.944)	(6.090)	1.148	437	(834.486)	(682.771)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**787.133**	**743.161**	**263.552**	**265.495**	**16.189**	**15.874**	**33.131**	**43.237**	**720.775**	**839.080**	**(731.388)**	**(724.273)**	**1.089.392**	**1.182.574**
Imposto de renda e contribuição social	(135.340)	(116.195)	(74.066)	(43.475)	(1.464)	(1.656)	(11.179)	(13.007)	(37)	(305)	(1)	(1)	(222.087)	(174.639)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**651.793**	**626.966**	**189.486**	**222.020**	**14.725**	**14.218**	**21.952**	**30.230**	**720.738**	**838.775**	**(731.389)**	**(724.274)**	**867.305**	**1.007.935**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.461)	(170.374)	(145.461)	(170.374)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**651.793**	**626.966**	**189.486**	**222.020**	**14.725**	**14.218**	**21.952**	**30.230**	**720.738**	**838.775**	**(876.850)**	**(894.648)**	**721.844**	**837.561**

37. SEGUROS

A Companhia e suas controladas têm a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.